

**MARCELO ABELHA**

*Manual de*  
**DIREITO  
PROCESSUAL  
CIVIL**

**6ª edição**

*Revista, atualizada e ampliada*



- A EDITORA FORENSE se responsabiliza pelos vícios do produto no que concerne à sua edição (impressão e apresentação a fim de possibilitar ao consumidor bem manuseá-lo e lê-lo). Nem a editora nem o autor assumem qualquer responsabilidade por eventuais danos ou perdas a pessoa ou bens, decorrentes do uso da presente obra.

Todos os direitos reservados. Nos termos da Lei que resguarda os direitos autorais, é proibida a reprodução total ou parcial de qualquer forma ou por qualquer meio, eletrônico ou mecânico, inclusive através de processos xerográficos, fotocópia e gravação, sem permissão por escrito do autor e do editor.

Impresso no Brasil – *Printed in Brazil*

- Direitos exclusivos para o Brasil na língua portuguesa

Copyright © 2016 by

**EDITORA FORENSE LTDA.**

Uma editora integrante do GEN | Grupo Editorial Nacional

Travessa do Ouvidor, 11 – Térreo e 6º andar – 20040-040 – Rio de Janeiro – RJ

Tel.: (21) 3543-0770 – Fax: (21) 3543-0896

faleconosco@grupogen.com.br | www.grupogen.com.br

- O titular cuja obra seja fraudulentamente reproduzida, divulgada ou de qualquer forma utilizada poderá requerer a apreensão dos exemplares reproduzidos ou a suspensão da divulgação, sem prejuízo da indenização cabível (art. 102 da Lei n. 9.610, de 19.02.1998).

Quem vender, expuser à venda, ocultar, adquirir, distribuir, tiver em depósito ou utilizar obra ou fonograma reproduzidos com fraude, com a finalidade de vender, obter ganho, vantagem, proveito, lucro direto ou indireto, para si ou para outrem, será solidariamente responsável com o contrafator, nos termos dos artigos precedentes, respondendo como contrafatores o importador e o distribuidor em caso de reprodução no exterior (art. 104 da Lei n. 9.610/98).

- Data de fechamento: 08.04.2016

**A partir da 6ª edição, esta obra passou a ser publicada pela Editora Forense.**

- CIP – Brasil. Catalogação na fonte.  
Sindicato Nacional dos Editores de Livros, RJ.

A122m

Abelha, Marcelo

Manual de direito processual civil / Marcelo Abelha. – 6.ª ed. rev., atual. e ampl. – Rio de Janeiro: Forense, 2016.

ISBN 978-85-309-7024-6

1. Execuções (Direito). 2. Processo civil. I. Título.

15-21389

CDU: 347.95

# SUMÁRIO

.....

## INTRODUÇÃO – PREMISSAS FUNDAMENTAIS PARA A COMPREENSÃO

<b>DO DIREITO PROCESSUAL CIVIL .....</b>	<b>1</b>
1. O conflito de interesses .....	1
2. A crise do Poder Judiciário.....	3
3. A Constituição Federal e o <i>neoprocessualismo</i> .....	7
4. <i>Civil law</i> e <i>common law</i> : uma aproximação inevitável.....	10
5. Estado Democrático de Direito e técnica processual (devido processo, <i>giusto processo</i> ou <i>procès équitable</i> ) .....	14
6. As crises jurídicas (conflitos de interesses) de <i>certeza, situação jurídica e cooperação</i> (ou <i>adimplemento</i> ou cumprimento) .....	18
7. Os conflitos de massa e a tutela jurídica.....	20
7.1 Sociedade de massa, <i>homem-massa</i> , conflitos de massa .....	20
7.2 Interesses coletivos <i>lato sensu</i> .....	21

## PARTE GERAL

<b>LIVRO 01 – DAS NORMAS PROCESSUAIS CIVIS: DAS NORMAS FUNDAMENTAIS E DA APLICAÇÃO DAS NORMAS PROCESSUAIS .....</b>	<b>29</b>
CAPÍTULO 01 – AS NORMAS JURÍDICAS: PRINCÍPIOS E REGRAS.....	31
CAPÍTULO 02 – O DIREITO SUBSTANCIAL E O DIREITO PROCESSUAL (ORDENAMENTO JURÍDICO PROCESSUAL) .....	35
CAPÍTULO 03 – DIREITO PROCESSUAL MATERIAL E FORMAL.....	39
CAPÍTULO 04 – A INTERPRETAÇÃO E A APLICAÇÃO DA NORMA PROCESSUAL NO EXERCÍCIO DA ATIVIDADE JURISDICIONAL .....	43
1. Introito.....	43
2. O fenômeno da incidência.....	44
3. A dialética do processo: fundamentos do pedido e da defesa e os argumentos.....	44
CAPÍTULO 05 – NORMAS FUNDAMENTAIS (PRINCÍPIOS E REGRAS) DO PROCESSO CIVIL.....	47
1. Generalidades .....	47

2. Devido processo legal – <i>giusto processo</i> .....	49
3. Garantia do acesso à justiça.....	51
4. Garantia da motivação das decisões judiciais.....	54
5. Contraditório, ampla defesa, paridade de armas e acesso à prova .....	56
6. Isonomia dos litigantes e isenção dos sujeitos imparciais.....	58
7. Duração razoável do processo.....	60
<b>CAPÍTULO 06 – A APLICAÇÃO DA NORMA PROCESSUAL: DIREITO PRO- CESSUAL CIVIL E CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL .....</b>	<b>63</b>
<b>CAPÍTULO 07 – A EFICÁCIA DA NORMA PROCESSUAL NO TEMPO (DI- REITO INTERTEMPORAL) .....</b>	<b>65</b>
1. Introito.....	65
2. Tempo e norma processual.....	65
3. O direito intertemporal ou transitório .....	66
4. Dimensão temporal.....	67
5. Dimensão eficaz.....	68
6. Postulados máximos da aplicação da norma processual no tempo: princípios constitucionais da irretroatividade das normas e da prote- ção ao direito adquirido, ao ato jurídico perfeito e à coisa julgada.....	69
7. Eficácia da norma nova sobre os feitos pendentes .....	71
8. Direito adquirido processual e situações jurídicas processuais consoli- dadas .....	72
<b>LIVRO 02 – DA FUNÇÃO JURISDICIONAL .....</b>	<b>77</b>
<b>CAPÍTULO 01 – DA JURISDIÇÃO .....</b>	<b>79</b>
1. Apresentação.....	79
2. Jurisdição.....	79
2.1 Noções preliminares.....	79
2.2 Origem da jurisdição.....	80
2.3 Funções típicas dos poderes do Estado .....	80
2.4 Conceito de jurisdição .....	81
2.5 Poder Judiciário e suas funções típicas e atípicas.....	82
2.6 Classificações da jurisdição.....	85
2.6.1 Jurisdição civil.....	85
2.6.2 Jurisdição graciosa (voluntária) e contenciosa.....	85
2.6.3 Juízes e tribunais.....	86
2.6.4 Juízo arbitral e jurisdição estatal.....	86
2.6.5 Jurisdição civil coletiva .....	86



2.7	Fundamentos constitucionais da jurisdição.....	87
2.7.1	Princípio do juiz natural.....	87
2.7.2	Princípio da indeclinabilidade.....	87
2.7.3	Princípio da imparcialidade.....	89
2.7.4	Princípio da publicidade dos atos processuais .....	89
2.7.5	Princípio da submissão à coisa julgada .....	90
2.8	Atividade jurisdicional não exercida pelo Poder Judiciário .....	91
2.8.1	Atividade jurisdicional exercida pelo Poder Legisla- tivo .....	91
2.8.2	Jurisdição como atividade não exclusiva do Estado .....	91
2.9	Tutela jurisdicional.....	93
2.9.1	Aspectos gerais.....	93
2.9.2	Espécies de crises e suas <i>tutelas</i> .....	95
2.10	Equivalentes jurisdicionais.....	95

CAPÍTULO 02 – DA AÇÃO.....	99
1. Conceito.....	99
2. Função jurisdicional.....	99
3. Evolução do conceito de ação.....	99
4. Ação e conflito de interesses.....	103
5. Ação: pretensão (material e processual).....	104
6. A ação primitiva e ação moderna .....	104
7. Ação e demanda.....	105
8. Ação: conceito sintético e analítico.....	105
9. Ação: conceito abstrato e tutela satisfativa.....	105
10. Ação condicionada e incondicionada.....	106
11. As condições da ação (demanda).....	106
12. O interesse processual: o conceito .....	107
13. Interesse processual e a necessidade concreta .....	107
14. A litispendência, a perempção e a coisa julgada sob a ótica do interesse processual .....	108
15. Legitimidade para agir, legitimidade para a demanda, legitimidade processual .....	109
16. Legitimidade extraordinária e suas classificações .....	111
17. A decisão judicial que rejeita as condições da ação deve ser imutável? ...	111
18. Perda ou aquisição superveniente das condições da ação .....	113
19. Requisitos específicos (condições específicas das ações) para determi- nadas demandas.....	113
20. A legitimidade pela <i>representação adequada</i> .....	114
21. Condições da ação executiva.....	114

22. Condições da ação e mérito no requerimento cautelar antecedente.....	114
23. A impossibilidade jurídica do pedido não é mais condição da ação.....	115
CAPÍTULO 03 – DA EXCEÇÃO .....	117
1. Generalidades .....	117
2. Atitudes do réu.....	119
3. O início do prazo para o exercício do direito de defesa pelo réu .....	119
4. A defesa do réu .....	120
5. Defesa processual.....	121
6. Defesa de mérito .....	121
7. Tipos de defesa de mérito .....	122
CAPÍTULO 04 – DO PROCESSO .....	123
1. Processo e democracia .....	123
2. Atividade jurisdicional: jurisdição, ação e processo .....	123
3. O processo na parte geral do CPC .....	124
4. Generalidades .....	125
4.1 Processo é um método estatal de solução de conflitos .....	125
4.2 Processo: relação jurídica complexa em contraditório.....	125
4.3 Processo: constante formação de situações jurídicas processuais no curso do procedimento .....	126
4.4 Processo: sujeitos processuais, atos processuais e situações jurídicas processuais subjetivas.....	127
4.5 A legitimidade e os sujeitos do processo – as posições jurídicas legitimantes na dinâmica do processo .....	127
4.6 Legitimidade para a prática de atos do processo e legitimidade para a demanda.....	128
4.7 Legitimidade para demandar (extra e pré-processual) e legitimidade para atuar no processo (processual) .....	129
4.8 Capacidade processual e legitimidade processual.....	129
4.9 Processo e seu objeto.....	130
4.10 Pressupostos processuais .....	131
4.11 Incidentes processuais.....	133
4.12 Do procedimento.....	134
4.12.1 Noções preliminares.....	134
4.12.2 Processo e procedimento sob a perspectiva da competência legislativa constitucional .....	135
4.12.3 Os princípios regentes do procedimento: <i>legalidade e liberdade</i> das formas.....	136
4.12.3.1 Noções preliminares .....	136

4.12.3.2	A superação do modelo legalista do procedimento pela liberdade das formas .....	137
4.12.4	Os tipos de processo e seus procedimentos .....	140
4.12.5	Processo de conhecimento .....	141
4.12.5.1	Procedimentos no processo de cognição ...	141
4.12.5.2	Procedimentos do cumprimento de sentença e do processo de execução .....	142
4.12.6	Sujeitos do processo, atos processuais, nulidades processuais, incidentes processuais, pressupostos processuais, tipos de tutela jurídica processual .....	143
CAPÍTULO 05 – DA ORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIA .....		145
1.	Noções preliminares .....	145
2.	Órgãos do Poder Judiciário .....	145
3.	O Supremo Tribunal Federal .....	146
4.	O Superior Tribunal de Justiça .....	147
5.	O duplo grau de jurisdição .....	148
6.	Jurisdição ordinária e extraordinária .....	150
CAPÍTULO 06 – DOS LIMITES DA JURISDIÇÃO NACIONAL E DA COOPERAÇÃO INTERNACIONAL .....		153
1.	Aspectos gerais .....	153
2.	A competência internacional .....	153
3.	A litispendência internacional .....	154
4.	A cooperação internacional .....	155
4.1	Aspectos gerais .....	155
4.2	Requisitos materiais .....	155
4.3	Objeto da cooperação .....	156
4.4	Principais mecanismos de cooperação .....	156
4.5	Procedimentos .....	157
CAPÍTULO 07 – DA COMPETÊNCIA INTERNA .....		159
1.	Introdução .....	159
2.	Soberania e jurisdição .....	159
3.	Jurisdição e competência .....	160
4.	Competência: conceito e características .....	161
5.	Competência e juiz natural .....	162
6.	Estabilização da competência .....	162
7.	Regramento para determinação da competência .....	164
8.	As diversas etapas do processo lógico de verificação da competência interna e critérios utilizados .....	168

8.1	Competência de jurisdição – Justiça competente – Constituição Federal de 1988 (critérios material, pessoal, geográfico etc.) .....	168
8.2	Competência de foro (critério geográfico, pessoal, segundo a natureza da causa etc.) .....	170
8.2.1	Aspectos gerais.....	170
8.2.2	Competência (foro) territorial geral .....	171
8.2.3	Competência (foro) territorial especial .....	172
8.3	Competência de juízo (critério material, segundo o valor da causa etc.).....	176
8.4	Peculiaridades acerca do critério funcional .....	177
8.4.1	Competência funcional pelas fases do processo ou pela relação com outro processo .....	178
8.4.2	Competência funcional pelos graus de jurisdição .....	179
8.4.3	Competência funcional por objeto do juízo .....	180
9.	Modificação da competência .....	180
9.1	Modificação por imposição legal.....	181
9.1.1	Introdução .....	181
9.1.2	Conexão .....	183
9.1.3	Obrigatoriedade da reunião dos processos .....	185
9.1.4	Competência pela reunião de ações conexas e a competência pela conexão .....	186
9.1.5	Como identificar a conexão .....	188
9.1.6	Críticas à teoria da identificação das demandas adotada pelo Brasil.....	190
9.1.7	A conexão nos tribunais .....	192
9.2	Modificação por vontade das partes – foro de eleição.....	194
10.	Da incompetência: absoluta e relativa .....	196
11.	A competência nos tribunais.....	197
12.	Conflito de competência .....	198

## **LIVRO 03 – DOS SUJEITOS DO PROCESSO .....** 199

### **CAPÍTULO 01 – DA LEGITIMIDADE E CAPACIDADE PROCESSUAL.....** 201

1.	Sujeitos do processo: conceito.....	201
2.	Conceito de parte e generalidades .....	202
3.	Capacidade de direito, capacidade de ser parte.....	202
4.	Capacidade de exercício dos direitos e capacidade processual.....	203
5.	Capacidade processual, legitimidade para demandar e legitimidade processual .....	204
6.	A incapacidade absoluta e a relativa .....	204
7.	A integração de capacidade .....	205

8. A representação das pessoas jurídicas e entes despersonalizados .....	206
CAPÍTULO 02 – DOS DEVERES DAS PARTES E DE SEUS PROCURADORES .....	209
1. Os deveres de boa-fé e cooperação processual.....	209
1.1 Introito .....	209
1.2 O resqúcio individualista do processo e suas implicações sobre o tema dos ilícitos processuais.....	210
1.3 A postura tímida do magistrado decorrente do princípio dispositivo .....	211
1.4 O processo é a via típica quase exclusiva da solução dos conflitos.....	212
1.5 A tessitura da relação jurídica processual é toda ela formada por situações jurídicas processuais que variam e se sucedem a cada tempo .....	214
1.6 O substrato da relação processual são regras de agir (conduta) dos sujeitos processuais .....	214
1.7 A realização dos ilícitos processuais por detrás de um suposto contraditório .....	215
1.8 A tipificação feita pelo legislador torna difícil o enquadramento	216
1.8.1 Categorização dos ilícitos processuais .....	217
1.9 Consequências do ilícito.....	217
1.10 Autoria dos ilícitos processuais.....	218
1.11 <i>Contempt of court</i> no CPC.....	219
1.11.1 Aspectos gerais.....	219
1.11.2 Os tipos descritos no artigo 77 .....	222
1.11.3 As sanções correspondentes.....	224
1.12 Responsabilidade civil pelo dano processual.....	231
2. Das despesas, dos honorários e das multas.....	232
2.1 O custo financeiro da atividade jurisdicional .....	232
2.2 O ônus de antecipação das despesas e o posterior dever de pagar pelo ressarcimento em razão da derrota (sucumbência) .....	233
2.3 Causalidade e sucumbência em honorários: dever de pagar ao advogado do vencedor .....	235
2.3.1 Aspectos gerais.....	235
2.3.2 A natureza dos honorários .....	235
2.3.3 O valor dos honorários a serem fixados .....	236
2.3.3.1 O piso e o teto percentual: critérios de fixação .....	236

2.3.3.2	Causa de valor inestimável, irrisório proveito econômico ou valor da causa reduzido.....	236
2.3.3.3	Indenização por ato ilícito contra a pessoa e pagamento parcelado .....	236
2.3.3.4	Sucumbência e perda superveniente do interesse de agir.....	236
2.3.3.5	Honorários omitidos na sentença e ação de arbitramento .....	237
2.3.3.6	Honorários recursais.....	237
2.3.3.7	Honorários advocatícios na reconvenção, no cumprimento de sentença, provisório ou definitivo, na execução, resistida ou não, e nos recursos interpostos, cumulativamente.....	239
2.3.3.8	Honorários advocatícios no reconhecimento do pedido, renúncia e desistência da ação .....	240
2.3.3.9	Honorários contra a Fazenda Pública.....	241
2.4	O destino das multas.....	242
3.	Da gratuidade da justiça .....	242
3.1	O direito de acesso à justiça: assistência judiciária gratuita e gratuidade da justiça.....	242
3.2	Justiça gratuita: o que é gratuito e quem é o beneficiário.....	244
3.3	Do requerimento e da impugnação à gratuidade da justiça .....	246
3.4	Da revogação do benefício .....	246
4.	Dos procuradores .....	247
4.1	Aspectos gerais.....	247
4.2	O instrumento procuratório .....	248
5.	Da sucessão das partes e dos procuradores .....	250
5.1	Sucessão das partes <i>causa mortis</i> e <i>inter vivos</i> .....	250
5.2	Sucessão dos procuradores.....	251
CAPÍTULO 03 – DO LITISCONSÓRCIO.....		253
1.	Litisconsórcio: conceito e justificação sistemática .....	253
2.	Espécies de litisconsórcio .....	253
2.1	Litisconsórcio ativo, passivo e misto .....	253
2.2	Litisconsórcio necessário e facultativo.....	253
2.3	Litisconsórcio simples e unitário.....	254
2.4	Litisconsórcio inicial e ulterior .....	254
3.	Admissibilidade do litisconsórcio: as relações entre os litisconsortes ..	255
4.	Litisconsórcio por comunhão de direitos ou de deveres .....	255

5. Litisconsórcio por conexão de causas.....	255
6. Litisconsórcio por afinidade.....	256
7. Limitação do litisconsórcio facultativo .....	257
8. Litisconsórcio necessário .....	258
8.1 Conceito.....	258
8.2 Litisconsórcio necessário pela natureza da relação jurídica .....	259
8.3 Litisconsórcio necessário por disposição de lei.....	259
8.4 O litisconsórcio necessário ativo .....	260
8.5 Vício da sentença prolatada sem a presença de litisconsorte necessário.....	261
8.6 Determinação de citação dos litisconsortes necessários .....	262
9. Litisconsórcio unitário.....	262
10. Relações entre litisconsortes simples. Princípio da autonomia dos litisconsortes.....	264
11. Relações entre litisconsortes unitários. Atos benéficos e prejudiciais...	265
12. Autonomia dos litisconsortes para a prática de atos processuais .....	265
<b>CAPÍTULO 04 – DA INTERVENÇÃO DE TERCEIROS .....</b>	<b>267</b>
1. Apresentação.....	267
2. Da assistência.....	268
2.1 Aspectos gerais.....	268
2.2 Interesse jurídico .....	268
2.3 Procedimentos .....	269
2.4 A assistência e a preclusão.....	269
2.5 O ingresso do assistente.....	269
2.6 Função e poderes do assistente simples.....	269
2.7 A assistência e a substituição processual .....	270
2.8 Disposição de direitos do assistido .....	270
2.9 A assistência litisconsorcial x intervenção litisconsorcial voluntária com ou sem ampliação do objeto .....	271
2.10 Eficácia da sentença.....	271
2.11 Poderes do assistente litisconsorcial.....	271
2.12 Norma do artigo 123 do CPC .....	272
2.13 Justiça da decisão e exceção a essa regra .....	272
3. Da denunciação da lide.....	273
3.1 Generalidades.....	273
3.2 Hipóteses de cabimento.....	273
3.2.1 Garantia da evicção.....	273
3.2.2 Direito de regresso.....	274
3.3 Facultatividade da denunciação da lide.....	274

3.4	Legitimidade.....	275
3.4.1	Denúnciação pelo autor.....	275
3.4.2	Denúnciação feita pelo réu.....	275
3.5	Sentença e título executivo judicial.....	276
3.6	Honorários advocatícios.....	276
4.	Chamamento ao processo.....	276
4.1	Aspectos gerais.....	276
4.2	Legitimidade.....	277
4.3	Chamamento ao processo e solidariedade.....	278
4.4	Procedimento.....	278
4.5	A sentença e o título executivo.....	279
5.	Incidente de desconsideração da personalidade jurídica.....	279
5.1	Aspectos gerais.....	279
5.2	Legitimidade.....	280
5.3	Justificativa e momento.....	280
5.4	Procedimento.....	281
5.5	Fraude à execução e desconsideração da personalidade jurídica ...	281
6.	<i>Amicus Curiae</i> .....	282
6.1	Aspectos gerais.....	282
6.2	O ingresso em juízo do <i>amicus curiae</i> .....	282
CAPÍTULO 05 – DO JUIZ E DOS AUXILIARES DE JUSTIÇA.....		285
1.	Dos poderes, dos deveres e da responsabilidade do juiz.....	285
1.1	Origem, alcance e limites dos poderes e deveres do juiz.....	285
1.2	O rol do artigo 139 do CPC.....	287
1.2.1	O rol enumerativo.....	287
1.2.2	Os incisos do artigo 139.....	288
2.	Lacuna e obscuridade no ordenamento jurídico e o dever de julgar ....	291
3.	O dever de decidir nos limites da lide.....	292
4.	Processo simulado e litigância de má-fé.....	293
5.	Responsabilidade civil do juiz.....	294
6.	A imparcialidade do juiz (e demais sujeitos imparciais).....	294
6.1	Aspectos gerais.....	294
6.2	As hipóteses de impedimento.....	298
6.3	As hipóteses de suspeição.....	299
6.4	Procedimento para arguir a <i>recusatio iudicis</i> .....	300
6.5	Efeitos da decisão que julga o incidente de suspeição ou impedimento.....	301
6.6	Impedimento e suspeição dos demais sujeitos imparciais do processo.....	302



7.	Dos auxiliares de justiça.....	303
7.1	Aspectos gerais.....	303
7.2	Do Escrivão, do Chefe de Secretaria e do Oficial de Justiça .....	304
7.3	Do perito.....	306
7.4	Do Depositário e do Administrador.....	307
7.5	Do intérprete ou tradutor.....	308
7.6	Dos Conciliadores e Mediadores Judiciais.....	308
CAPÍTULO 06 – DO MINISTÉRIO PÚBLICO.....		313
CAPÍTULO 07 – DA ADVOCACIA PÚBLICA.....		315
CAPÍTULO 08 – DA DEFENSORIA PÚBLICA .....		317
<b>LIVRO 04 – DOS ATOS PROCESSUAIS.....</b>		<b>319</b>
CAPÍTULO 01 – DA FORMA, DO TEMPO E DO LUGAR DOS ATOS PRO- CESSUAIS.....		321
1.	Processo e ato processual.....	321
2.	Potência, movimento e ato (processual) .....	322
3.	Atos processuais.....	325
3.1	Noções preliminares.....	325
3.2	Princípios regentes dos atos processuais .....	326
3.3	Prática eletrônica de atos processuais .....	328
3.4	Classificação dos atos processuais .....	329
3.4.1	Atos das partes .....	330
3.4.1.1	Negócios processuais .....	331
3.4.2	Atos do juiz.....	334
3.4.3	Atos do escrivão ou chefe da secretaria.....	338
4.	Tempo, lugar e prazo dos atos processuais.....	339
4.1	Generalidades.....	339
4.2	Tempo .....	339
4.2.1	Dias úteis .....	339
4.2.2	Férias forenses, feriados e prática dos atos processuais	340
4.3	Horário.....	341
4.4	Lugar dos atos processuais .....	341
4.5	Prazos .....	342
4.5.1	Classificação .....	342
4.5.2	Suspensão, interrupção.....	343
4.5.3	Prazos da parte.....	344
4.5.4	Prazos para o juiz.....	346

4.5.5	Prazos dos serventuários da justiça.....	346
4.5.6	Prazos dos procuradores públicos ou privados, defensores públicos e membros do Ministério Público em relação à restituição dos autos .....	347
CAPÍTULO 02 – DA COMUNICAÇÃO DOS ATOS PROCESSUAIS.....		349
1.	Generalidades .....	349
2.	Comunicação dos atos processuais por meio de cartas .....	350
2.1	Cartas, cooperação e seus requisitos.....	350
2.2	Caráter itinerante.....	351
2.3	Meio de transmissão das cartas .....	351
2.4	Do cumprimento das cartas de ordem e precatória.....	352
2.5	Cartas rogatórias.....	352
3.	Citação .....	353
3.1	Conceito.....	353
3.2	Lugar da citação .....	354
3.3	Quem deve ser citado.....	354
3.4	Dilação da citação em razão da circunstância .....	354
3.5	Efeitos da citação .....	355
3.6	Modalidades de citação.....	356
3.7	Citação por oficial de justiça .....	357
3.8	Citação com hora certa .....	358
3.9	Citação por edital .....	359
4.	Intimações .....	360
4.1	Conceito e características .....	360
4.2	Modalidades das intimações .....	360
4.3	Conteúdo da intimação pelo órgão de publicação.....	361
4.4	O endereço para a intimação .....	362
CAPÍTULO 03 – DAS NULIDADES PROCESSUAIS .....		363
1.	Aspectos gerais.....	363
2.	Defeito do ato processual e sanção correspondente.....	363
3.	Reação do ordenamento jurídico processual contra o ato defeituoso e princípios regentes da <i>sanção de nulidade processual</i> .....	365
4.	Defeito do ato processual sob a perspectiva da relação jurídica processual em movimento .....	369
4.1	Regime jurídico para sanção de nulidade processual quando o processo estiver em curso: <i>endoprocessual</i> .....	371
4.1.1	Defeitos na forma do ato processual.....	371

4.1.2	Defeitos nos elementos formativos e estruturais (conteúdo) de ato processual essencial ao desenvolvimento válido e regular do processo .....	371
4.2	Regime jurídico para sanção de nulidade processual depois de findo o processo: pós-processual (depois de findo o processo com resolução de mérito) .....	372
CAPÍTULO 04 – DA DISTRIBUIÇÃO, DO REGISTRO E DO VALOR DA CAUSA.....		375
1.	Da distribuição e do registro .....	375
2.	Do valor da causa.....	377
LIVRO 05 – DA TUTELA PROVISÓRIA.....		379
CAPÍTULO 01 – DISPOSIÇÕES GERAIS DA TUTELA PROVISÓRIA.....		381
1.	Tempo e processo .....	381
2.	Ainda o tempo: efetividade, segurança e técnica processual .....	382
3.	O tempo e o princípio da igualdade .....	384
CAPÍTULO 02 – A TUTELA PROVISÓRIA.....		387
1.	Introito.....	387
2.	Técnicas processuais destinadas a neutralizar os efeitos deletérios do tempo no processo.....	389
2.1	Técnica da sumarização do procedimento.....	389
2.2	Técnica do adiantamento do provimento.....	389
2.3	A sumarização da cognição como consequência natural do adiantamento do provimento .....	390
2.4	A <i>provisoriedade</i> do provimento antecipado como consequência natural da cognição sumária .....	393
2.5	A revogabilidade e a modificabilidade como consequência natural da provisoriedade.....	394
2.6	Técnicas de variação do contraditório prévio (contraditório invertido ou eventual e contraditório diferido) .....	395
2.7	Técnica do julgamento imediato com base na evidência do direito.....	396
2.8	A efetivação imediata do provimento antecipado.....	397
2.9	Responsabilidade processual pela execução imediata injusta .....	398
2.10	A necessidade de fundamentação da decisão que concede, revoga ou modifica a tutela provisória .....	399
2.11	Competência .....	399
2.12	Legitimidade.....	400
2.13	Localização e alcance .....	400

<b>CAPÍTULO 03 – ESPÉCIES DE TUTELA PROVISÓRIA: EVIDÊNCIA E URGÊNCIA .....</b>	<b>403</b>
1. Introdução.....	403
2. A tutela provisória de urgência .....	404
2.1 Aspectos gerais.....	404
2.2 O fenômeno da urgência .....	405
2.3 A fungibilidade e a temporariedade das tutelas de urgência prestadas mediante antecipação do provimento judicial.....	406
2.3.1 Temporariedade.....	407
2.3.2 Fungibilidade .....	409
2.4 A probabilidade do direito nas tutelas de urgência mediante adiantamento do provimento jurisdicional .....	410
2.5 Estabilidade da medida de urgência .....	411
2.5.1 Segurança jurídica, estabilidade (provisória e temporária) e provimentos provisórios urgentes .....	411
2.5.2 A estabilidade da tutela urgente cautelar e antecipada nos artigos 304 e 309 do CPC .....	413
2.6 Tutela de urgência cautelar e a tutela de urgência antecipatória ..	416
2.7 Momento de concessão da tutela urgente .....	417
2.8 A tutela de urgência antecipada requerida em caráter antecedente.....	418
2.9 A tutela de urgência cautelar requerida em caráter antecedente..	420
3. A tutela provisória de urgência antecipada (tutela antecipada).....	421
3.1 Aspectos gerais.....	421
3.2 Tutela antecipada de urgência e julgamento antecipado (total ou parcial) da lide.....	423
3.3 Tutela antecipada de urgência e tutela antecipada de evidência: espécies do gênero <i>antecipação da tutela de mérito</i> .....	423
3.4 O objeto da antecipação da tutela de mérito.....	424
4. A tutela da evidência .....	427
 <b>LIVRO 06 – DA FORMAÇÃO, SUSPENSÃO E EXTINÇÃO DO PROCESSO ....</b>	<b>431</b>
<b>CAPÍTULO 01 – ASPECTOS GERAIS DA FORMAÇÃO DO PROCESSO.....</b>	<b>433</b>
<b>CAPÍTULO 02 – ESTABILIZAÇÃO DA DEMANDA.....</b>	<b>435</b>
<b>CAPÍTULO 03 – O ESTADO DE PENDÊNCIA (LITISPENDÊNCIA) .....</b>	<b>437</b>
1. Conceito e generalidades .....	437
2. Natureza e razões do instituto .....	438
3. A citação induz ou produz a litispendência? .....	439

4.	Tempo de duração do estado de pendência (litispendência) .....	439
5.	Litispendência e pendência da pretensão material .....	440
6.	A coisa julgada e a litispendência: nem sempre existe a preconizada simetria entre os institutos .....	441
7.	A objeção de litispendência .....	441
8.	A duplicidade de litispendências é pressuposto processual negativo ou condição da ação? .....	442
9.	O estado de pendência e os recursos .....	442
10.	Competência para apreciar a objeção de litispendência .....	443
11.	Momento e provas na objeção de duplicidade de litispendências .....	444
12.	Critérios para eliminar a duplicidade de litispendências .....	445
13.	Solução para o acolhimento da objeção de duplicidade de litispendências ...	446
14.	Litispendência e ação rescisória .....	446
<b>CAPÍTULO 04 – DA SUSPENSÃO DO PROCESSO .....</b>		<b>449</b>
1.	Generalidades .....	449
1.1	Morte ou perda da capacidade processual de qualquer das partes, de seu representante legal ou de seu procurador .....	449
1.2	Convenção das partes .....	450
1.3	Pela arguição de impedimento ou de suspeição (artigo 313, III) ....	450
1.4	Pela admissão de incidente de resolução de demandas repetitivas (artigo 313, IV) .....	451
1.5	Suspensão por prejudicialidade (artigo 313, V, <i>a e b</i> e artigo 315) .....	452
1.6	Força maior (artigo 313, VI) .....	454
1.7	Demais casos (artigo 313, VII) .....	454
2.	Situações de urgência e estado de suspensão do processo .....	454
<b>CAPÍTULO 05 – DA EXTINÇÃO DO PROCESSO .....</b>		<b>455</b>
 <b>PARTE ESPECIAL</b>		
<b>LIVRO I – DO PROCESSO DE CONHECIMENTO .....</b>		<b>459</b>
<b>TÍTULO I – DO PROCEDIMENTO COMUM .....</b>		<b>461</b>
<b>CAPÍTULO 01 – DA PETIÇÃO INICIAL .....</b>		<b>461</b>
1.	Generalidades .....	461
2.	Requisitos da petição inicial .....	462
2.1	Juiz ou tribunal a que é dirigida (art. 319, I) .....	462

2.2	Os nomes, os prenomes, o estado civil, a existência de união estável, a profissão, o número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, o endereço eletrônico, o domicílio e a residência do autor e do réu (art. 319, II) .....	462
2.3	Os fatos e fundamentos jurídicos do pedido (art. 319, III).....	463
2.4	Pedido (art. 319, IV).....	464
2.5	Valor da causa (art. 319, V) .....	465
2.6	Meios de prova (art. 319, VI) .....	465
2.7	A opção do autor pela realização ou não de audiência de conciliação ou de mediação (art. 319, VII).....	466
2.8	Requerimento liminar (art. 300) .....	466
3.	Estrutura formal da petição inicial .....	467
4.	Efeitos da petição inicial ajuizada .....	468
4.1	Efeitos processuais.....	469
4.2	Efeitos relativos ao direito de ação .....	469
4.3	Efeitos materiais.....	470
4.4	Conteúdo do despacho inicial .....	470
5.	Indeferimento da petição inicial .....	471
CAPÍTULO 02 – DO PEDIDO .....		475
1.	Petição inicial, pedido e pressupostos processuais.....	475
2.	Pedido imediato e pedido mediato .....	475
3.	Pedido e lide .....	476
4.	Pedido e identificação de ações.....	476
5.	Pedido e sentença (arts. 141 e 492) .....	477
6.	Pedido pelo réu .....	477
7.	Requisitos do pedido .....	478
8.	Da cumulação de pedidos.....	479
9.	Requisitos formais para a cumulação objetiva .....	481
10.	Pedido cominatório e a multa civil contratual.....	481
11.	Pedido de prestações periódicas .....	482
12.	Pedido de prestação indivisível (art. 328) .....	482
13.	Estabilização do pedido .....	483
CAPÍTULO 03 – DA IMPROCEDÊNCIA LIMINAR DO PEDIDO .....		485
1.	Aspectos gerais.....	485
2.	Hipóteses da improcedência liminar do pedido e processamento nos tribunais.....	486
CAPÍTULO 04 – DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO OU DE MEDIAÇÃO..		487
1.	Aspectos gerais.....	487

2. A audiência de conciliação ou de mediação .....	487
2.1 Requisitos.....	487
3. Procedimento.....	488
<b>CAPÍTULO 05 – DA CONTESTAÇÃO .....</b>	<b>491</b>
1. Generalidades .....	491
2. Litígio, questões e réplica.....	491
3. Conteúdo, prazo e forma da contestação .....	492
4. Preliminares da contestação .....	494
<b>CAPÍTULO 06 – DA RECONVENÇÃO .....</b>	<b>497</b>
1. Generalidades .....	497
2. Requisitos de admissibilidade .....	498
2.1 Interesse processual.....	498
2.2 Legitimidade.....	498
2.3 Conexão.....	499
2.4 Competência .....	499
3. Procedimento em que é admitida .....	500
4. Procedimento da reconvenção .....	500
<b>CAPÍTULO 07 – DA REVELIA .....</b>	<b>503</b>
1. Perfil histórico.....	503
2. Contumácia e revelia.....	505
3. Natureza jurídica da revelia.....	507
4. Efeitos da revelia.....	508
4.1 Curso dos prazos sem intimação do revel.....	508
4.2 Efeito da revelia sobre a prova: presunção ou ficção?.....	508
4.3 Efeito da revelia mesmo sem revelia .....	511
4.4 Efeito da revelia no processo de execução?.....	512
5. Benefícios para o revel .....	512
<b>CAPÍTULO 08 – RECONHECIMENTO JURÍDICO DO PEDIDO .....</b>	<b>515</b>
<b>CAPÍTULO 09 – DAS PROVIDÊNCIAS PRELIMINARES .....</b>	<b>517</b>
1. Conceito.....	517
2. Eventualidade.....	517
3. O réu não oferece contestação.....	518
4. O réu oferece contestação .....	518
4.1 Contestação com conteúdo processual (art. 337).....	518
4.2 Contestação com defesa de mérito indireta (exceção substancial) ...	519
4.3 Contestação sobre o fundamento do pedido do autor .....	519
4.4 Contestação que apenas nega os fatos e o mérito do direito do autor .....	519

5. Prazo para as providências preliminares.....	519
6. Intervenção do Ministério Público .....	519
<b>CAPÍTULO 10 – DO JULGAMENTO CONFORME O ESTADO DO PROCESSO.....</b>	<b>521</b>
1. Generalidades .....	521
2. Extinção do processo.....	521
3. Julgamento antecipado da lide .....	522
3.1 Conceito.....	522
3.2 Motivos do julgamento antecipado da lide .....	522
4. Saneamento do processo.....	524
<b>CAPÍTULO 11 – DA AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO.....</b>	<b>529</b>
1. Generalidades .....	529
2. O poder de polícia do juiz na direção da audiência de instrução e julgamento .....	530
3. A conciliação na audiência de instrução e julgamento.....	531
4. Da ordem dos trabalhos de produção das provas .....	532
5. Da alteração da data da audiência .....	532
6. Alegações finais.....	533
7. Unidade da audiência.....	533
8. Prazo para sentenciar .....	534
9. A redução da audiência a termo .....	534
<b>CAPÍTULO 12 – TEORIA GERAL DA PROVA.....</b>	<b>535</b>
1. Do Estado liberal para o Estado social: os reflexos na direção do processo – Novas perspectivas sobre a prova .....	535
1.1 Estado, Direito, linguagem e poder.....	535
1.2 Perspectivas sobre a prova.....	537
1.3 A instrumentalidade do processo.....	541
1.4 O ônus da prova: regras de distribuição .....	542
1.4.1 O ônus da prova como regra de procedimento e de julgamento.....	542
1.4.2 Distribuição do ônus da prova no sistema brasileiro ...	543
1.4.3 O ônus da prova no Código de Defesa do Consumidor .....	545
1.4.4 Por que a distribuição dinâmica <i>ope judicis</i> da prova não é a regra?.....	546
1.4.5 A perspectiva do ônus objetivo da prova (regra de julgamento) e a coisa julgada.....	547



1.4.6	As presunções e ficções como técnicas que substituem distribuição do encargo probatório no processo.....	550
1.5	Poderes instrutórios .....	552
2.	Prova: conceito e características.....	553
3.	Finalidade e destinatário da prova.....	556
4.	Meios de prova.....	557
5.	Procedimento probatório.....	559
5.1	Postulados regentes .....	559
5.1.1	Princípio da ampla defesa.....	559
5.1.2	Princípio da proibição da prova obtida ilicitamente....	559
5.1.3	Princípio dispositivo .....	560
5.1.4	Princípio da oralidade.....	561
5.1.5	Princípio da comunhão ou aquisição da prova .....	562
5.1.6	Princípio do livre convencimento motivado do juiz ....	562
6.	Presunções, indícios e máximas de experiência .....	563
7.	Classificação da prova .....	565
8.	Dever de colaboração com a justiça.....	566
9.	Momentos da prova.....	566
	<b>CAPÍTULO 13 – MEIOS DE PROVA TÍPICOS .....</b>	<b>571</b>
1.	Conceito.....	571
2.	Ata notarial.....	572
3.	Depoimento pessoal .....	574
3.1	Conceito e generalidades.....	574
3.2	Interrogatório.....	574
3.3	Depoimento pessoal propriamente dito .....	575
3.4	Confissão ficta.....	576
3.5	Contato do juiz com o depoimento .....	577
3.6	A realização do depoimento .....	577
4.	Confissão .....	578
4.1	Conceito.....	578
4.2	Classificação .....	578
4.3	Confitente .....	579
4.4	Objeto.....	580
4.5	Efeitos da confissão .....	580
4.6	Revogação da confissão .....	581
5.	Exibição de documento ou coisa.....	582
5.1	Conceito.....	582
5.2	Natureza jurídica .....	582

5.3	Limites à exibição de documento ou coisa.....	583
5.4	Exibição pela parte adversária .....	584
5.5	Procedimento.....	585
5.6	Exibição pelo terceiro.....	585
6.	Prova documental.....	587
6.1	Conceito e generalidades.....	587
6.2	Documento e seus elementos constitutivos .....	588
6.2.1	Autoria .....	588
6.2.2	Meio.....	589
6.2.3	Conteúdo .....	589
6.3	Classificação .....	589
6.3.1	Quanto ao autor.....	590
6.3.2	Quanto ao meio .....	590
6.3.3	Quanto à finalidade.....	590
6.3.4	Quanto à forma.....	590
6.4	Eficácia probatória do documento público.....	590
6.4.1	O intrínseco e o extrínseco .....	590
6.4.2	Cópias dos documentos públicos.....	591
6.4.3	Instrumento público da substância do ato.....	592
6.4.4	Documento público com eficácia de documento particular .....	592
6.5	Eficácia probatória do documento particular.....	592
6.6	Data dos documentos particulares.....	594
6.7	Autoria e autenticidade dos documentos particulares .....	595
6.8	Cópia e reproduções de documento particular .....	595
6.9	Documentos com borrão, entrelinha, emenda ou cancelamento sem a ressalva adequada .....	596
6.10	Falsidade documental .....	597
6.10.1	Remédios contra a falsidade documental .....	597
6.10.2	Momento da arguição incidental da falsidade.....	598
6.10.3	Procedimento.....	598
6.11	Obrigatoriedade da declaração de falsidade?.....	599
6.12	Produção da prova documental.....	599
6.13	Requisição de documentos.....	600
6.14	Documentos eletrônicos.....	601
7.	Prova testemunhal .....	601
7.1	Conceito e generalidades.....	601
7.2	Admissibilidade da prova testemunhal.....	601
7.2.1	Limitações subjetivas .....	601

7.2.2	Limitações objetivas.....	602
7.3	Da escusa de depor.....	603
7.4	Do local da realização da prova testemunhal .....	603
7.5	Produção da prova testemunhal .....	603
7.5.1	O que quer dizer a <i>produção</i> da prova testemunhal .....	603
7.5.2	A produção da prova testemunhal no procedimento comum.....	603
7.5.3	Testemunho sobre atos do processo e <i>produção de prova testemunhal</i> .....	604
7.5.4	A prova testemunhal precisa ser admitida para ser produzida.....	604
7.5.5	As etapas da <i>produção</i> da prova testemunhal .....	605
7.5.6	O rol de testemunhas e o momento de sua apresentação.....	605
7.5.7	Apresentação do rol é ato de produção ou admissão da prova?.....	605
7.5.8	Prazo para a apresentação do rol e preclusão .....	606
7.5.9	O número de testemunhas .....	606
7.5.10	Conteúdo do rol de testemunhas .....	607
7.5.11	O conteúdo do rol de testemunhas e a inserção dessa regra na seção referente à produção da prova testemunhal.....	607
7.5.12	Deferimento da prova testemunhal e não realização de audiência.....	607
7.5.13	A ordem de produção das provas em audiência .....	608
7.5.14	Substituição da testemunha .....	608
7.5.15	Hipóteses de substituição .....	608
7.5.16	Substituição de testemunha e não comparecimento na audiência.....	609
7.5.17	O requerimento de substituição da testemunha .....	609
7.5.18	Enfermidade que permite a substituição da testemunha e enfermidade que não impede de prestar depoimento .....	610
7.5.19	Desistência e substituição da testemunha .....	610
7.5.20	Inexistência de preclusão <i>pro judicato</i> .....	610
7.5.21	Intimação da testemunha para comparecer em audiência.....	611
7.5.22	O juiz arrolado como testemunha.....	611
7.5.23	O juiz como testemunha e impedimento reconhecido previamente.....	611

7.5.24	O juiz que tiver deposto como testemunha também estará impedido .....	612
7.5.25	O local da produção da prova testemunhal .....	612
7.5.26	Exceções à regra.....	612
7.5.27	Exceções à regra contidas em outros dispositivos do Código.....	612
7.5.28	Inquirição por acordo das partes e depoimento apresentado por escrito .....	613
7.5.29	Recursos tecnológicos e oitiva da testemunha no juízo deprecado .....	613
7.5.30	Autoridades com prerrogativas em relação ao local, hora e dia para prestar depoimento .....	614
7.5.31	A indicação dos fatos sobre as quais a autoridade deve depor .....	614
7.5.32	O silêncio da autoridade à solicitação do juízo .....	614
7.5.33	A comunicação para comparecimento da testemunha...	615
7.5.34	Princípio da cooperação e intimação da testemunha...	615
7.5.35	O ônus da parte em comunicar a testemunha.....	615
7.5.36	Comunicação pela via judicial.....	615
7.5.37	Falha na comunicação judicial, ausência da testemunha em audiência e nulidade do processo.....	616
7.5.38	Dever de comparecimento da testemunha.....	616
7.5.39	Da ordem da inquirição das testemunhas.....	616
7.5.40	A inversão da ordem da produção da prova testemunhal.....	617
7.5.41	Oitiva separada de cada testemunha.....	617
7.5.42	Oitiva das testemunhas <i>sem</i> que estejam separadas .....	618
7.5.43	Incidentes processuais com a testemunha.....	618
7.5.44	O pedido de escusa de depor .....	618
7.5.45	A contradita de testemunha.....	618
7.5.46	Apresentação prévia do rol das testemunhas e a arguição da contradita em audiência .....	619
7.5.47	Dever de dizer a verdade .....	619
7.5.48	Testemunha, informante e dever de dizer a verdade ....	619
7.5.49	Sujeito ativo do interrogatório da testemunha .....	620
7.5.50	Controle do juiz sobre a forma e conteúdo das perguntas.....	620
7.5.51	Tratamento com urbanidade e proteção à dignidade da testemunha.....	620
7.5.52	Indeferimento de perguntas.....	621

7.5.53	O registro do depoimento .....	621
7.5.54	Incidentes processuais posteriores ao depoimento: in- quirição de testemunhas de referência e a acareação ...	621
7.5.55	Testemunhas referidas .....	621
7.5.56	Acareação.....	622
7.5.57	Acareação e confrontação.....	622
7.5.58	Requerimento e momento da acareação .....	623
7.5.59	A inclusão do § 1º do art. 461 .....	623
7.5.60	Uso da tecnologia para a acareação feita por juízos di- versos.....	623
7.5.61	O dever de depor e o ressarcimento das despesas de comparecimento da testemunha .....	623
7.5.62	Despesa processual e forma de ressarcimento.....	624
7.5.63	Testemunho e dever jurídico.....	624
7.5.64	Dever de comparecimento em juízo para prestar de- poimento e legislação trabalhista .....	625
8.	Prova pericial .....	626
8.1	Generalidades.....	626
8.2	Conceito.....	626
8.3	Cabimento da perícia .....	627
8.3.1	Perícia e duração razoável do processo .....	627
8.3.2	Perícia inaplicável, impraticável e desnecessária.....	627
8.3.3	Perícia impraticável X perícia insuficiente .....	628
8.3.4	Perícia e negócio processual.....	629
8.4	A perícia complexa e prova técnica simplificada .....	629
8.5	Perícia e atividade do juiz.....	630
8.6	O perito.....	630
8.7	Assistentes técnicos .....	632
8.8	Laudo e pareceres .....	633
8.9	Quesitos .....	634
8.10	Procedimento.....	634
8.11	A realização da perícia e o contraditório.....	635
8.12	Honorários do perito .....	636
9.	Inspeção judicial .....	637
9.1	Conceito e generalidades.....	637
9.2	Objeto.....	637
9.3	Faculdade.....	638
9.4	Local da realização .....	638
9.5	Participação de peritos para assistir o juiz .....	638

CAPÍTULO 14 – DA SENTENÇA .....	639
1. Introdução .....	639
2. Sentenças definitivas e terminativas .....	640
3. Disposições gerais das sentenças (arts. 485 a 488 do CPC) .....	640
3.1 Generalidades.....	640
3.2 Sentença de extinção do processo sem resolução do mérito (art. 485).....	641
3.2.1 Art. 485, I: quando o juiz indeferir a petição inicial.....	641
3.2.2 Art. 485, II: quando ficar parado durante mais de um ano por negligência das partes.....	641
3.2.3 Art. 485, III: quando o autor abandonar a causa.....	642
3.2.4 Art. 485, IV: ausência de pressupostos de desenvolvimento válido e regular do processo .....	642
3.2.5 Art. 485, V: perempção, litispendência ou coisa julgada ...	643
3.2.6 Art. 485, VI: ausência de condições da ação .....	644
3.2.7 Art. 485, VII: convenção arbitral (ou quando o juízo arbitral reconhecer sua competência).....	644
3.2.8 Art. 485, VIII: desistência da ação .....	645
3.2.9 Art. 485, IX: quando a ação for considerada intransmissível por disposição legal.....	646
3.2.10 Art. 485, X: demais casos previstos no Código .....	646
3.3 Sentença de extinção do processo com resolução do mérito (art. 487).....	646
3.3.1 Art. 487, I: acolher ou rejeitar o pedido formulado na ação ou na reconvenção.....	646
3.3.2 Art. 487, II: decidir, de ofício ou a requerimento, sobre a ocorrência de decadência ou prescrição.....	647
3.3.3 Sentença homologatória do reconhecimento da procedência do pedido formulado na ação ou na reconvenção; da transação; da renúncia à pretensão formulada na ação ou na reconvenção .....	647
3.4 Espécies de sentenças.....	648
3.4.1 Crises jurídicas e pronunciamentos.....	648
3.4.2 Crises de adimplemento e a <i>atuação</i> da norma jurídica concreta mediante técnicas executivas atípicas .....	649
3.4.3 As sentenças (declaratória constitutiva e condenatória): conteúdo e efeitos.....	650
3.4.4 A efetividade das sentenças constitutiva e declaratória...	651
3.4.5 Efeitos primários e secundários da sentença: a hipoteca judiciária .....	653
3.4.6 Momento de eficácia da sentença.....	654

3.4.7	As sentenças homologatórias .....	654
4.	Primazia da resolução de mérito.....	655
5.	Os elementos (estrutura) e os efeitos da sentença.....	656
5.1	Relatório.....	656
5.2	Fundamentação .....	656
5.3	Dispositivo.....	660
5.4	Adstrição da sentença ao pedido.....	660
5.4.1	A sentença como norma jurídica individualizada .....	660
5.4.2	A correlação entre pedido e sentença .....	661
5.4.3	Sentença e relação jurídica condicional.....	662
5.4.4	Obrigação de pagar quantia e a sentença .....	663
5.4.5	A sentença e o fato superveniente ( <i>jus superveniens</i> )...	664
6.	A alteração da sentença.....	665
7.	Da remessa necessária.....	665
7.1	Conceito e características .....	665
7.2	Cabimento .....	666
7.3	Remessa necessária e <i>reformatio in pejus</i> .....	666
8.	Do julgamento das ações de relativas às prestações de fazer, de não fazer e de entregar coisa .....	669
8.1	Os arts. 497 a 501 e sua localização.....	669
8.2	Tutela específica e tutela ressarcitória .....	670
8.3	Tutela específica e resultado prático equivalente.....	671
8.4	Tutela específica, reparação específica, execução específica e resultado prático equivalente.....	672
8.5	O dano, o ilícito e a tutela jurisdicional.....	672
8.6	Deveres ou obrigações de fazer e não fazer e meio executivo .....	674
8.7	Obrigação de fazer e não fazer e conversão procedimental.....	674
8.8	Art. 497 e demais sistemas processuais .....	674
8.9	Tutela específica e momento de sua concessão.....	675
8.10	A prestação da entrega de coisa: técnica de efetivação e o prazo para o cumprimento da obrigação .....	675
8.11	Cumprimento de sentença de prestação para entrega de coisa e impugnação do executado.....	676
8.12	O <i>ius retentiones</i> nas ações de prestação de entrega de coisa.....	677
8.13	Natureza pessoal ou real da execução de entrega de coisa.....	677
8.14	Ação que tenha por objeto a emissão de declaração de vontade.....	678
CAPÍTULO 15 – DA COISA JULGADA .....		679
1.	Introdução .....	679
2.	Conceito de coisa julgada .....	680

2.1	Considerações gerais.....	680
2.2	Teorias acerca da coisa julgada .....	681
2.3	A tentativa de conceituação.....	683
2.4	Trânsito em julgado e imutabilidade da decisão .....	686
2.5	Coisa julgada material e coisa julgada formal .....	686
2.6	A coisa julga material: eficácia ou autoridade?.....	688
2.7	Parte dispositiva da sentença (decisão de mérito) .....	688
2.8	Imutabilidade e indiscutibilidade não mais sujeita a recurso.....	689
3.	Momento de formação da coisa julgada.....	689
4.	Coisa julgada <i>secundum eventum litis</i> .....	690
5.	Proteção da autoridade (imutabilidade extraprocessual) da coisa julgada.....	691
6.	A denominada coisa julgada <i>rebus sic stantibus</i> : as relações jurídicas continuativas .....	692
7.	Limites objetivos da coisa julgada.....	694
8.	Eficácia preclusiva da coisa julgada .....	697
9.	Limites subjetivos da coisa julgada (art. 506) .....	700
CAPÍTULO 16 – DA LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA .....		705
1.	A liquidação dos provimentos judiciais .....	705
2.	Hipóteses de liquidação .....	705
3.	A liquidação da sentença provisória ou definitiva .....	706
4.	A liquidação como ação autônoma.....	706
5.	Objeto e cognição da liquidação da sentença .....	706
6.	A decisão na liquidação de sentença .....	707
7.	Tipos de liquidação .....	708
8.	Liquidação de sentença e respeito à coisa julgada.....	710
TÍTULO II – DO CUMPRIMENTO DA SENTENÇA.....		713
CAPÍTULO 01 – DISPOSIÇÕES GERAIS.....		713
1.	Cumprimento da sentença (título judicial) e processo de execução (título extrajudicial) .....	713
2.	Cumprimento de sentença e processo sincrético .....	714
3.	Cumprimento de sentença e provocação do interessado .....	715
4.	O requerimento executivo .....	716
5.	A intimação do executado .....	717
6.	Prazo para adimplemento.....	718
7.	O exequente e o executado no cumprimento de sentença .....	719
8.	A sentença que decide relação jurídica sujeita à condição ou termo ....	719
9.	O rol de títulos executivos judiciais.....	720



9.1	Conceito.....	720
9.2	Título executivo judicial.....	720
9.3	Conteúdo do título executivo judicial: norma substancial ou processual.....	721
9.4	Títulos definitivos e provisórios.....	721
9.5	Eficácia abstrata e vulnerabilidade do título executivo.....	721
9.6	Título extrajudicial e conversão em judicial.....	721
9.7	O título executivo e sua demonstração.....	722
9.8	O rol do artigo 515.....	722
9.8.1	A sentença proferida no processo civil que reconheça a existência de obrigação de fazer, não fazer, entregar coisa ou pagar quantia (artigo 515, I, do CPC).....	722
9.8.2	A decisão homologatória de autocomposição judicial (artigo 515, inciso II) ou extrajudicial de qualquer natureza (artigo 515, III).....	723
9.8.3	O formal e a certidão de partilha, exclusivamente em relação ao inventariante, aos herdeiros e aos sucessores a título singular ou universal.....	723
9.8.4	O crédito de auxiliar da justiça, quando as custas, os emolumentos ou os honorários tiverem sido aprovados por decisão judicial.....	723
9.8.5	Sentença penal condenatória transitada em julgado (artigo 515, VI, do CPC).....	724
9.8.6	A sentença arbitral.....	726
9.8.7	Sentença estrangeira homologada pelo STJ e a decisão interlocutória estrangeira, após a concessão do <i>exequatur</i> à carta rogatória pelo Superior Tribunal de Justiça (artigo 515, VIII e IX).....	726
10.	Da competência no cumprimento de sentença.....	727
11.	O protesto da decisão judicial transitada em julgado.....	727
11.1	A função do protesto da decisão transitada em julgado.....	727
11.2	Momento do protesto.....	728
11.3	Protesto e ação rescisória do título executivo.....	729
12.	Regra geral da <i>defesa do executado</i> no cumprimento de sentença.....	729
13.	Tutela provisória, liquidação de sentença e cumprimento de sentença...	730

CAPÍTULO 02 – DO CUMPRIMENTO PROVISÓRIO DA SENTENÇA QUE RECONHECE A EXIGIBILIDADE DE OBRIGAÇÃO DE PAGAR QUANTIA CERTA.....		733
1.	Conceito.....	733
2.	Cumprimento provisório no artigo 520 do CPC.....	733

3.	Cumprimento provisório da sentença e efetivação das tutelas provisórias.....	734
4.	Cumprimento provisório e título executivo extrajudicial embargado pelo devedor.....	735
5.	Postulados e diretrizes (regras materiais) da execução provisória (cumprimento provisório da sentença).....	736
5.1	Responsabilidade objetiva por dano processual (artigo 520, I, do CPC).....	736
5.2	O efeito retroativo da indevida execução provisória (cumprimento provisório da sentença) .....	736
5.3	Prestação de caução nos casos de levantamento de depósito em dinheiro e a prática de atos que importem transferência de posse ou alienação de propriedade ou de outro direito real, ou dos quais possa resultar grave dano ao executado .....	737
5.4	A dispensa da caução do inciso IV do artigo 520 .....	739
6.	O procedimento da execução provisória (cumprimento provisório da sentença).....	741

CAPÍTULO 03 – DO CUMPRIMENTO DEFINITIVO DA SENTENÇA QUE RECONHECE A EXIGIBILIDADE DE OBRIGAÇÃO DE PAGAR QUANTIA CERTA .....		743
1.	Considerações gerais .....	743
2.	O início da fase de cumprimento de sentença.....	744
2.1	Inércia e requerimento executivo .....	744
2.2	A ineficácia da sentença condenatória.....	744
2.3	A condenação em quantia certa, ou já fixada em liquidação, e no caso de decisão sobre parcela incontroversa.....	744
2.3.1	Cumprimento da <i>decisão</i> e não apenas da <i>sentença</i> .....	744
2.3.2	Cumprimento da decisão <i>definitiva</i> .....	745
2.3.3	O momento em que se configura o inadimplemento do devedor .....	745
2.4	Honorários advocatícios no cumprimento de sentença.....	746
2.4.1	Honorários fixados pelo legislador: montante e momento de incidência .....	746
2.4.2	O regime jurídico dos honorários no cumprimento da sentença para pagamento de quantia e no processo de execução para pagamento de quantia: o desprezo do legislador ao título executivo judicial .....	747
2.5	A multa de 10%.....	747
2.6	O demonstrativo discriminado e atualizado do crédito.....	749
2.7	A indicação de bem à penhora/avaliação.....	750
2.7.1	Indicação é ônus do exequente .....	750

2.7.2	A ordem de bens (artigo 835) não é inflexível, exceto para dinheiro.....	750
2.7.3	Inadimplemento no prazo de 15 dias: sequência e variações do procedimento.....	751
2.7.4	A avaliação condensada com a penhora.....	752
2.7.5	Penhora e avaliação posteriores à impugnação do executado.....	752
3.	O adimplemento provocado pelo devedor antes do cumprimento de sentença .....	753
4.	Do cumprimento de sentença que reconheça a exigibilidade de obrigação de prestar alimentos e do cumprimento de sentença que reconheça a exigibilidade de obrigação de pagar quantia certa pela Fazenda Pública .....	754

#### CAPÍTULO 04 – DO CUMPRIMENTO DE SENTENÇA QUE RECONHEÇA A EXIGIBILIDADE DE OBRIGAÇÃO DE FAZER E DE NÃO FAZER .....

1.	Considerações gerais: disposição no CPC da tutela das obrigações de fazer e não fazer e interligação do <i>processo de execução com o cumprimento da sentença</i> e vice-versa .....	757
2.	Obrigações e deveres de fazer e não fazer .....	758
3.	As <i>obrigações</i> e os <i>deveres</i> de fazer e não fazer .....	759
3.1	A identificação do fazer e não fazer .....	759
3.2	Obrigações fungíveis e infungíveis.....	759
4.	A conversão em perdas e danos .....	761
5.	O resultado prático equivalente .....	762
6.	O cumprimento de sentença e o processo de execução das obrigações de fazer e não fazer e a prioridade da <i>tutela in natura</i> .....	765
6.1	O cumprimento de sentença das obrigações de fazer e não fazer .....	767
6.1.1	Do julgamento das ações relativas às prestações de fazer e não fazer .....	767
6.1.2	A pretensão à tutela específica .....	767
6.1.3	O dano e o ilícito e sua tutela específica .....	767
6.1.4	A obrigação de prestar declaração de vontade .....	769
6.1.5	As técnicas de efetivação (medidas necessárias) da tutela específica.....	770
6.1.6	A multa do artigo 537 do CPC .....	772

#### CAPÍTULO 05 – DO CUMPRIMENTO DE SENTENÇA QUE RECONHEÇA A EXIGIBILIDADE DE OBRIGAÇÃO DE ENTREGAR COISA .....

1.	Generalidades .....	777
----	---------------------	-----

2. O intercâmbio entre o cumprimento e a sentença para obrigação de fazer e não fazer e para a entrega de coisa .....	778
3. A obrigação de entrega de coisa .....	779
4. Entrega de coisa certa e coisa incerta .....	780
5. Entrega de coisa e devido processo legal .....	782
6. As obrigações de entrega de coisa e a utilização dos meios de coerção previstos no artigo 536 .....	783
7. Cumprimento de sentença e honorários advocatícios .....	783

### TÍTULO III – DOS PROCEDIMENTOS ESPECIAIS

CAPÍTULO 01 – ASPECTOS GERAIS .....	785
1. Localização dos procedimentos especiais no CPC .....	785
2. Procedimentos especiais dentro e fora do CPC .....	786
3. Procedimentos especiais de jurisdição contenciosa e de jurisdição voluntária .....	786
4. Procedimento comum e procedimento especial .....	787
CAPÍTULO 02 – DA AÇÃO DE CONSIGNAÇÃO EM PAGAMENTO .....	789
1. O direito à quitação .....	789
2. Consignação “nos casos previstos em lei” (artigo 539 do CPC) .....	790
3. Legitimidade .....	791
4. Objeto da consignação .....	792
5. Depósito (de dinheiro) extrajudicial prévio à eventual ação de consignação em pagamento .....	793
6. Consignação de prestações sucessivas .....	794
7. Do procedimento .....	794
CAPÍTULO 03 – DA AÇÃO DE EXIGIR CONTAS .....	797
1. A prestação de contas: direito de exigir e dever de prestar .....	797
2. O procedimento especial apenas da ação exigir contas .....	797
3. Caráter dúplice e bifásico da ação de exigir contas .....	798
4. Legitimidade ativa e passiva .....	798
5. Procedimento da primeira fase da ação de exigir contas .....	798
6. Procedimento da segunda fase da ação de exigir contas .....	799
7. Contas do administrador judicial .....	800
CAPÍTULO 04 – DAS AÇÕES POSSESSÓRIAS .....	801
1. Aspectos gerais .....	801
2. Legitimidade .....	802

3. Fungibilidade das ações possessórias .....	803
4. Cumulação sucessiva de pedidos e natureza dúplice da demanda possessória.....	803
5. Exceção do domínio.....	804
6. Posse de força nova e procedimento especial .....	805
7. Procedimento.....	805
<b>CAPÍTULO 05 – DA AÇÃO DE DIVISÃO E DEMARCAÇÃO DE TERRAS PARTICULARES.....</b>	<b>809</b>
1. Direito de o proprietário demarcar e de o condômino dividir a coisa comum .....	809
2. Disposições comuns à demarcação da propriedade e à divisão da coisa comum .....	810
3. Da ação de demarcação de terras particulares .....	811
3.1 Aspectos gerais.....	811
3.1.1 Terras particulares.....	811
3.1.2 Imóveis contíguos.....	811
3.1.3 Linha divisória .....	812
3.2 Legitimidade ativa e passiva.....	813
3.3 Do pedido e da sentença.....	814
3.4 Procedimento.....	816
4. Da ação de divisão.....	818
4.1 Aspectos gerais.....	818
4.2 Ação de divisão e os bens indivisíveis.....	819
4.3 Legitimidade.....	819
4.4 Cumulação da demarcação com a divisão .....	820
5. Procedimento.....	820
5.1 Primeira fase: o reconhecimento do condomínio e a determinação de sua divisão .....	820
5.2 Segunda fase – execução da divisão .....	821
5.2.1 Momento preliminar – análise, debate e julgamento de questões referentes aos títulos de cada condômino e pedidos de constituição de quinhões a serem partilhados.....	821
5.2.2 Um problema que pode surgir da ação de divisão. A linha do perímetro e relação jurídica com os confinantes .....	822
5.2.3 O plano de divisão apresentado pelo perito.....	822
5.2.4 O memorial descritivo – auto de divisão e homologação judicial.....	823

CAPÍTULO 06 – DA AÇÃO DE DISSOLUÇÃO PARCIAL DE SOCIEDADES..	825
1. Conceito e aspectos gerais .....	825
2. Objeto .....	825
3. Legitimidade .....	827
4. Procedimento .....	827
CAPÍTULO 07 – DO INVENTÁRIO E DA PARTILHA .....	831
1. Introdução .....	831
2. Inventário negativo .....	831
3. Inventário extrajudicial .....	832
4. Obrigatoriedade do inventário <i>judicial</i> e questões de fato e de direito a ele submetidas .....	832
5. Espólio .....	833
6. Inventariante e administrador provisório do espólio .....	833
7. Prazo para a abertura do inventário e partilha, cumulação de inventários, e tutelas provisórias .....	834
8. Competência .....	836
9. Legitimidade .....	836
10. Inventário e arrolamento .....	837
11. Primeiras declarações e últimas declarações .....	837
12. Bens sonegados e sua tutela .....	838
13. Incidente de remoção do inventariante .....	839
14. Impugnações às primeiras declarações .....	839
15. Incidente de inclusão de herdeiro preterido .....	840
16. Incidente de colação .....	840
17. Avaliação, últimas declarações e cálculo do imposto .....	841
18. Do pagamento das dívidas .....	842
19. Da partilha .....	844
19.1 Conceito e princípios do ato de partilha .....	844
19.2 Bens insuscetíveis de cômoda divisão .....	844
19.3 Bens do nascituro .....	844
19.4 Procedimento .....	845
19.5 Correção, anulação e rescisão da partilha .....	846
20. Da sobrepartilha .....	846
21. Do arrolamento .....	847
CAPÍTULO 08 – DOS EMBARGOS DE TERCEIRO .....	849
1. Processo e terceiros .....	849
2. Atos judiciais constritivos e terceiros .....	850
3. Escorço histórico no direito pátrio .....	852

4. Conceito.....	853
5. Natureza jurídica .....	853
6. O conceito de terceiro .....	855
7. Elementos da demanda .....	855
8. Prazo dos embargos de terceiro .....	860
9. Competência .....	861
10. Procedimento.....	861
11. O procedimento comum subsidiário.....	862
12. Liminar em embargos de terceiro.....	863
13. Recurso de apelação .....	863
14. Fraude contra credores e fraude à execução .....	863
15. Compromisso de compra e venda e embargos de terceiros .....	865
<b>CAPÍTULO 09 – DA OPOSIÇÃO .....</b>	<b>867</b>
1. Origens e perfil histórico .....	867
2. Direito comparado .....	869
3. Conceito e generalidades .....	870
4. Litisconsórcio.....	872
5. Momento para ajuizar a oposição .....	873
6. Extinção da oposição e da ação principal .....	874
7. Procedimento em que é admitida .....	875
<b>CAPÍTULO 10 – DA HABILITAÇÃO .....</b>	<b>877</b>
<b>CAPÍTULO 11 – DAS AÇÕES DE FAMÍLIA.....</b>	<b>879</b>
1. Aspectos gerais.....	879
2. As técnicas processuais que devem ser empregadas nas ações de família.....	880
<b>CAPÍTULO 12 – DA AÇÃO MONITÓRIA.....</b>	<b>883</b>
1. Histórico.....	883
2. Natureza jurídica da ação monitoria .....	885
3. Requisitos de cabimento .....	885
4. Procedimento.....	886
4.1 Procedimento sumário .....	886
4.2 Juízo de admissibilidade no procedimento sumário.....	886
4.3 Juízo de mérito no procedimento sumário .....	887
4.4 Prova escrita sem eficácia de título .....	888
4.5 Obrigação consistente em pagamento de quantia em dinheiro, entrega de coisa fungível ou infungível ou de bem móvel ou imóvel; adimplemento de obrigação de fazer ou de não fazer .....	888

4.6	Natureza jurídica do mandado monitorio .....	889
4.7	Embargos monitorios.....	889
4.8	Procedimento monitorio e duplo grau de jurisdicção.....	892
CAPÍTULO 13 – DA HOMOLOGAÇÃO DO PENHOR LEGAL .....		895
1.	O penhor legal.....	895
2.	A homologação judicial ou extrajudicial do penhor legal.....	896
2.1	Procedimentos de homologação do penhor legal .....	896
2.2	Procedimento extrajudicial .....	896
2.3	Procedimento judicial.....	897
CAPÍTULO 14 – DA REGULAÇÃO DE AVARIA GROSSA.....		899
1.	Aspectos gerais.....	899
2.	A avaria grossa e o regulador de avarias .....	899
3.	Ação de regulação de avarias grossas .....	902
CAPÍTULO 15 – DA RESTAURAÇÃO DE AUTOS .....		905
CAPÍTULO 16 – DOS PROCEDIMENTOS DE JURISDIÇÃO VOLUNTÁRIA ....		907
1.	Disposições gerais.....	907
2.	Da notificação e da interpelação (e do protesto judicial) .....	908
3.	Da alienação judicial .....	909
4.	Do divórcio e da separação consensuais, da extinção consensual de união estável e da alteração do regime de bens do matrimônio.....	910
4.1	Introdução .....	910
4.2	Do divórcio, da separação consensual e da extinção da união estável requeridos judicialmente .....	910
4.3	Do divórcio, da separação consensual e da extinção da união estável requeridos extrajudicialmente.....	911
4.4	Alteração do regime de bens.....	911
5.	Dos testamentos e dos codicilos.....	912
5.1	Premissas conceituais.....	912
5.2	Abertura do testamento cerrado.....	912
5.3	Cumprimento do testamento público.....	913
5.4	Publicação do testamento particular.....	913
6.	Da herança jacente .....	913
6.1	<i>De cuius</i> e herança jacente.....	913
6.2	Arrecadação de bens e nomeação do curador .....	913
6.3	Edital dos bens arrecadados e habilitação de herdeiros .....	914
6.3.1	Alienação dos bens.....	915
6.3.2	Declaração de vacância da herança.....	915
7.	Dos bens dos ausentes.....	915



8. Das coisas vagas .....	916
9. Da interdição.....	917
9.1 Conceito.....	917
9.2 Legitimidade ativa e passiva.....	917
9.3 Competência .....	919
9.4 O procedimento da ação de interdição.....	919
9.4.1 Ajuizamento da petição inicial e pedido liminar .....	919
9.4.2 Citação, entrevista e impugnação.....	920
9.4.3 Perícia.....	920
9.4.4 A sentença de interdição .....	920
9.4.5 Cessação da incapacidade e ação de revogação de interdição .....	921
10. Disposições comuns à tutela e à curatela .....	922
10.1 Conceito.....	922
10.2 O compromisso e a escusa da tutela e curatela.....	923
10.3 Remoção do tutor ou do curador .....	923
10.4 Exoneração do encargo.....	924
11. Da organização e da fiscalização das fundações.....	924
12. Da ratificação dos protestos marítimos e dos processos testemunháveis formados a bordo.....	925

## **LIVRO II - DO PROCESSO DE EXECUÇÃO .....** 927

### **CAPÍTULO 01 - DA EXECUÇÃO EM GERAL.....** 929

1. O Livro II da Parte Especial do CPC e sua aplicabilidade dentro e fora do CPC.....	929
2. Poderes do juiz.....	930
3. Boa-fé, cooperação processual e probidade das partes na execução civil.....	930
4. Direito de desistir da execução .....	933
5. Execução injusta e responsabilização .....	936
6. Partes da execução.....	937
7. Cumulação de execuções .....	944
8. Competência .....	946
9. Atos executivos e sua realização.....	947
9.1 Aspectos gerais.....	947
9.2 A penhora e a avaliação .....	947
9.3 Atos finais de expropriação: adjudicação, apropriação de frutos e rendimentos de empresa ou estabelecimentos e de outros bens e a alienação.....	948

9.4	Meios de coerção (multa etc.).....	949
10.	Títulos executivos extrajudiciais .....	951
10.1	O rol do art. 784 e a tipicidade dos títulos executivos extrajudiciais .....	951
10.2	Título executivo extrajudicial e eficácia abstrata .....	951
10.3	Art. 784, I (cheque, nota promissória, letra de câmbio, duplicata e debênture).....	952
10.4	Art. 784, II (escritura pública ou outro documento público assinado pelo devedor); art. 784, III (o documento particular assinado pelo devedor e por duas testemunhas); art. 784, IV (o instrumento de transação referendado pelo Ministério Público, pela Defensoria Pública, pela Advocacia Pública, pelos advogados dos transatores ou por conciliador ou mediador credenciado pelo tribunal) .....	952
10.5	Contratos garantidos por hipoteca, penhor, anticrese e caução (art. 784, V) .....	953
10.6	Contrato de seguro de vida em caso de morte (art. 784,VI).....	955
10.7	Crédito decorrente de foro e laudêmio (art. 784, VII) .....	956
10.8	Crédito, documentalmente comprovado, decorrente de aluguel de imóvel, bem como encargos acessórios, tais como taxas e despesas de condomínio (art. 784, VIII) .....	956
10.9	A certidão de dívida ativa da Fazenda Pública da União, dos Estados, Distrito Federal, e dos Municípios, correspondente aos créditos inscritos na forma da lei.....	957
10.10	O crédito referente às contribuições ordinárias ou extraordinárias de condomínio edilício, previstas em Convenção de Condomínio ou aprovadas em Assembleia Geral, desde que documentalmente comprovadas (art. 784, X).....	957
10.11	A certidão expedida por serventia notarial ou de registro, relativa a valores de emolumentos e demais despesas devidas pelos atos por ela praticados, fixados nas tabelas estabelecidas em lei..	957
10.12	Títulos executivos previstos fora do Código de Processo Civil....	958
11.	Inadimplemento.....	959
11.1	Conceito.....	959
11.2	Inadimplemento como pressuposto prático (causa de pedir) da tutela executiva.....	959
11.3	Inadimplemento e exigibilidade .....	960
11.4	Exigibilidade e contraprestação nos contratos bilaterais.....	961
11.5	Exigibilidade e obrigações sujeitas a condição ou termo .....	963
12.	A possibilidade de ajuizar ação cognitiva sendo portador de título executivo extrajudicial .....	965
13.	Responsabilidade patrimonial.....	969

13.1	Ontologia da responsabilidade patrimonial.....	969
13.2	A dívida e a responsabilidade: toda execução recai sobre uma coisa.....	974
13.3	A responsabilidade patrimonial e execução por expropriação ....	976
13.4	Responsabilidade patrimonial e sua localização no CPC .....	978
13.5	Responsabilidade patrimonial, bens sujeitos à execução e fraude à execução.....	978
13.6	A tutela jurídica da responsabilidade patrimonial.....	980
13.7	Bens imunes à responsabilidade patrimonial .....	982
13.8	O devedor responde com todos os seus bens presentes e futuros para o cumprimento de suas obrigações (art. 789 do CPC) .....	983
13.8.1	Origens do dispositivo.....	983
13.8.2	O sujeito passivo da responsabilidade patrimonial .....	985
13.8.3	Responde com todo o patrimônio .....	985
13.8.4	Bens presentes e futuros e o terceiro adquirente.....	986
13.8.5	A expressão “para o cumprimento de suas obrigações” ....	989
13.9	Bens sujeitos à execução (art. 790).....	990
13.9.1	Art. 888 do CPC/39, art. 592 do CPC/73 .....	990
13.9.2	Bens sujeitos à execução .....	991
13.9.3	Bens do sucessor a título singular, tratando-se de execução fundada em direito real ou obrigação reipersecutória .....	992
13.9.4	Do sócio, nos termos da lei .....	992
13.9.5	Do devedor, ainda que em poder de terceiros.....	993
13.9.6	Bens do cônjuge ou companheiro, nos casos em que seus bens próprios ou de sua meação respondem pela dívida.....	994
13.9.7	Bens alienados ou gravados com ônus real em fraude à execução.....	995
13.9.8	Bens cuja alienação ou gravação com ônus real tenha sido anulada em razão do reconhecimento, em ação autônoma, de fraude contra credores .....	995
13.9.9	Bens do responsável, nos casos de desconsideração da personalidade jurídica .....	996
13.10	Responsabilidade patrimonial e direito de superfície.....	996
13.10.1	Conceito .....	996
13.10.2	O que significa <i>objeto da execução</i> no art. 791 do CPC..	997
13.10.3	O objeto material da execução no art. 791 do CPC .....	997
13.10.4	O ato de constrição no art. 791 .....	998

13.11	Fraudes patrimoniais e tutela jurídica da responsabilidade patrimonial .....	998
13.11.1	Direito de propriedade do devedor e tutela jurídica da responsabilidade patrimonial .....	998
13.11.2	O ato ilícito da fraude sob a perspectiva dos sujeitos envolvidos.....	1000
13.11.3	Técnicas de prevenção e remoção do ilícito (fraude à responsabilidade patrimonial) e técnica de proteção do terceiro.....	1002
13.11.3.1	A tutela jurídica .....	1002
13.11.3.2	A tutela preventiva .....	1002
13.11.3.3	A tutela de remoção do ilícito (1) – ação pauliana .....	1003
13.11.3.4	A tutela de remoção do ilícito – fraude à execução .....	1007
13.11.3.5	O art. 792, I (quando sobre o bem pender ação fundada em direito real ou com pretensão reipersecutória, desde que a pendência do processo tenha sido averbada no respectivo registro público, se houver) .....	1009
13.11.3.6	O art. 792, II e III (II – quando tiver sido averbada, no registro do bem, a pendência do processo de execução, na forma do art. 828; III – quando tiver sido averbado, no registro do bem, hipoteca judiciária ou outro ato de constrição judicial originário do processo onde foi arguida a fraude).....	1010
13.11.3.7	O art. 792, IV (quando, ao tempo da alienação ou da oneração, tramitava contra o devedor ação capaz de reduzi-lo à insolvência).....	1010
13.12	Desconsideração da personalidade jurídica e fraude à execução....	1011
13.13	Fraude à execução e embargos de terceiro .....	1011
13.14	Nos demais casos expressos em lei.....	1013
13.15	Direito de retenção e responsabilidade patrimonial (art. 793).....	1013
13.16	Responsabilidade patrimonial do fiador e benefício de ordem....	1014
13.17	A responsabilidade patrimonial subsidiária dos sócios .....	1015
13.18	Espólio e responsabilidade patrimonial .....	1016

CAPÍTULO 02 – DISPOSIÇÕES GERAIS DAS DIVERSAS ESPÉCIES DE EXECUÇÃO .....	1017
1. Postulados da execução (art. 797 e art. 805).....	1017

2. Penhora e direito de preferência .....	1018
3. Ajuizamento da ação executiva e ônus do exequente: instrução, indicação e requerimento na petição inicial.....	1019
4. Incorreção da petição inicial e possibilidade de sanar o defeito processual .....	1021
5. Medidas urgentes na execução .....	1022

## CAPÍTULO 03 – DA EXECUÇÃO PARA A ENTREGA DE COISA..... 1025

1. Introdução .....	1025
2. Natureza pessoal ou real da execução de entrega de coisa .....	1025
3. Entrega de coisa <i>certa e incerta</i> .....	1026
4. Procedimento para entrega de coisa certa .....	1026
4.1 Postulação.....	1026
4.2 A expedição do mandado executivo .....	1027
4.3 Os embargos do executado.....	1028
4.4 Alienação da coisa pelo executado .....	1029
4.5 Conversão da execução específica para pagamento de quantia (perdas e danos).....	1029
5. Procedimento do processo de execução para a entrega de coisa incerta....	1030
6. Aplicação subsidiária do art. 538 ao procedimento executivo dos arts. 806 e ss. ....	1031
7. Embargos de retenção por benfeitorias.....	1032

## CAPÍTULO 04 – DA EXECUÇÃO DAS OBRIGAÇÕES DE FAZER E NÃO FAZER..... 1033

1. Considerações gerais .....	1033
2. O início do processo de execução .....	1034
2.1 Fixação de prazo para cumprimento da obrigação e falta de previsão dos honorários .....	1034
2.2 Multa prevista no título e possibilidade de redução pelo juiz: confusão do legislador .....	1034
3. Prazo para cumprimento voluntário da obrigação e prazo para embargar a execução .....	1035
4. A opção pelas perdas e danos.....	1035
5. Procedimento da execução das obrigações fungíveis .....	1036
6. Execução das prestações infungíveis .....	1037
7. “Execução” das obrigações de emitir declaração de vontade.....	1037
8. Execução das obrigações de não fazer previstas nos arts. 822 e 823 do CPC.....	1038

<b>CAPÍTULO 05 – DA EXECUÇÃO POR QUANTIA CERTA – DISPOSIÇÕES GERAIS.....</b>	<b>1041</b>
1. Execução por quantia certa e expropriação forçada .....	1041
2. Expropriação e poder de império do Estado .....	1041
3. Configuração da execução por quantia certa no Código de Processo Civil.....	1042
4. Técnicas executivas expropriatórias (instrumentais e finais) previstas no Código de Processo Civil .....	1043
5. A escolha das técnicas executivas finais na execução por expropriação .....	1044
<b>CAPÍTULO 06 – DA EXECUÇÃO POR QUANTIA CERTA – ATOS DE EX-PROPRIAÇÃO INSTRUMENTAIS (PENHORA E AVALIAÇÃO) .....</b>	<b>1049</b>
1. Conceito e natureza jurídica.....	1049
2. Nomeação à penhora.....	1050
2.1 Aspectos gerais.....	1050
2.2 Nomeação à penhora e seus incidentes .....	1051
3. Efeitos da penhora .....	1053
3.1 Efeitos materiais.....	1054
4. Objeto da penhora.....	1056
5. Forma de realização da penhora .....	1058
6. Intimação da penhora .....	1059
7. Modificações da penhora.....	1061
7.1 Modificações quantitativas e qualitativas (art. 847 do CPC).....	1061
7.2 Modificações qualitativas (substituições) excepcionais do objeto da penhora.....	1064
8. Penhoras especiais .....	1067
8.1 Penhoras de créditos e outros direitos patrimoniais.....	1067
8.2 Da penhora de ativos financeiros .....	1069
8.2.1 Introdução .....	1069
8.2.2 Localização do dispositivo .....	1072
8.2.3 Requerimento do exequente .....	1073
8.2.4 Sem dar ciência prévia do ato ao executado .....	1073
8.2.5 Apreensão dos ativos financeiros e penhora.....	1073
8.2.6 Determinação da indisponibilidade.....	1073
8.2.7 Indisponibilização excessiva cancelada de ofício .....	1074
8.2.8 Intimação da apreensão dos ativos financeiros .....	1074
8.2.9 O momento da penhora .....	1074
8.2.10 Termo de penhora .....	1074
8.2.11 A mini-impugnação do art. 854, § 3º.....	1075

8.2.12	Indisponibilidade excessiva × excesso de execução.....	1075
8.2.13	Impenhorabilidade.....	1075
8.2.14	Prazo para embargar e impugnar a execução e prazo para impugnar o ato de apreensão.....	1076
8.2.15	Preclusão da impugnação e alegação da mesma matéria em oposição (embargos ou impugnação do executado).....	1076
8.2.16	Apreensão, penhora e prazo dos embargos de terceiro...	1076
8.2.17	Cancelamento da apreensão indevida (indisponibilidade excessiva ou quantia impenhorável) e responsabilidade da instituição financeira.....	1077
8.2.18	Penhora de faturamento de empresa.....	1077
8.2.19	Penhora de dinheiro e partidos políticos.....	1077
8.3	Da penhora de empresa, de outros estabelecimentos e semoventes.....	1078
8.4	Da penhora de percentual de faturamento de empresa.....	1080
8.5	Penhora de frutos e rendimentos de coisa móvel e imóvel.....	1081
9.	Da avaliação.....	1082
9.1	Generalidades.....	1082
9.2	Avaliação no CPC.....	1083
9.3	A avaliação e a execução por quantia certa.....	1084
9.4	Avaliação como ato executivo e como prova pericial.....	1085
9.5	O avaliador.....	1085
9.6	Requisitos para a nomeação do avaliador especializado.....	1086
9.7	Prazo para a entrega do laudo.....	1087
9.8	Desnecessidade da avaliação <i>pelo oficial de justiça</i> .....	1087
9.9	Cotação do bem penhorado por órgão oficial.....	1088
9.10	Veículos automotores e outros bens cujo preço médio de mercado possa ser conhecido por meio de pesquisas realizadas por órgãos oficiais ou de anúncios de venda divulgados em meios de comunicação.....	1089
9.11	A forma de realização da avaliação pelo oficial de justiça e pelo avaliador nomeado pelo juiz.....	1090
9.12	O conteúdo da avaliação.....	1090
9.13	Imóvel que admitir divisão.....	1090
9.14	A nova avaliação.....	1091
9.15	Arguição do defeito da avaliação.....	1091
9.16	Tipos de incorreções argúveis.....	1091
9.17	Avaliação e modificação da penhora.....	1093
9.18	Avaliação e atos executivos posteriores.....	1094

9.19	Avaliação e adjudicação .....	1095
9.20	Avaliação, expropriação e preço vil .....	1095
9.21	Avaliação e expropriação de imóvel de incapaz .....	1096
9.22	Avaliação e expropriação de imóvel de coproprietário ou cônjuge alheio à execução .....	1096
9.23	Avaliação e o efeito suspensivo nas oposições do executado (impugnação e embargos) .....	1097
9.24	Remição do bem penhorado pelo valor da avaliação .....	1097

CAPÍTULO 07 – DA EXECUÇÃO POR QUANTIA CERTA – ATOS DE EX- PROPRIAÇÃO FINAIS .....		1099
1.	Introdução .....	1099
2.	Adjudicação do bem penhorado .....	1101
2.1	A adjudicação do bem penhorado e resultado prático equivalente .....	1101
2.2	Adjudicação e pagamento ao credor .....	1102
2.3	Momento para requerer .....	1102
2.4	Bens móveis ou imóveis .....	1104
2.5	Procedimento e legitimação para requerer a adjudicação do bem penhorado .....	1104
2.6	Adjudicação, oposição do executado e ação anulatória .....	1106
3.	Alienação por iniciativa particular .....	1106
4.	Alienação em leilão público .....	1108
4.1	Considerações gerais .....	1108
4.2	Edital .....	1109
4.2.1	Considerações gerais .....	1109
4.2.2	O que deve constar no edital .....	1110
4.2.3	A publicidade do edital .....	1110
4.3	A arrematação .....	1113
4.3.1	Conceito .....	1113
4.3.2	A arrematação como ato processual executivo .....	1113
4.3.3	Legitimados à arrematação .....	1113
4.3.4	O ato de arrematar .....	1115
4.3.5	O auto de arrematação .....	1116
4.3.6	A arrematação de bens imóveis indivisíveis e de incapaz .....	1117
4.3.7	Desfazimento da arrematação .....	1119
4.3.8	A carta de arrematação .....	1119
4.3.9	Efeitos da arrematação .....	1120
4.3.10	Arrematação e evicção .....	1121



4.3.11	A entrega do dinheiro resultante da arrematação.....	1122
4.4	Apropriação de frutos e rendimentos de bem penhorado.....	1123
4.4.1	Características.....	1123
4.4.2	A entrega do dinheiro.....	1124
4.4.3	A iniciativa para a decretação da apropriação de frutos e rendimentos de bem móvel e imóvel.....	1124
4.4.4	Momento.....	1125
4.4.5	A decretação da penhora para a apropriação de frutos e rendimentos de coisa móvel ou imóvel.....	1126
4.4.6	O objeto.....	1126
4.4.7	O procedimento.....	1126
5.	Remição do bem hipotecado.....	1127
5.1	Conceito e generalidades.....	1127
5.2	Hipóteses de remição.....	1128
5.2.1	Generalidades.....	1128
5.2.2	Remição da execução.....	1128
5.2.3	Remição do bem sujeito à expropriação.....	1130
5.2.4	A remição de bem hipotecado sujeito à expropriação no Novo Código de Processo Civil.....	1131
6.	Concurso de credores e/ou exequentes.....	1135
6.1	Introdução.....	1135
6.2	Natureza jurídica.....	1136
6.3	Concurso de exequentes <i>versus</i> concurso de credores no processo de insolvência.....	1136
6.4	Duas ou mais penhoras sobre o mesmo bem.....	1137
6.5	O exercício do direito de preferência.....	1138
6.6	Objeto.....	1138
6.7	Legitimidade.....	1139
6.8	Procedimento.....	1139
7.	A satisfação do crédito.....	1140

## CAPÍTULO 08 – DAS EXECUÇÕES ESPECIAIS (1) – DO CUMPRIMENTO DA SENTENÇA E DO PROCESSO DE EXECUÇÃO DA PRESTAÇÃO DE ALIMENTOS.....

1.	Introdução.....	1141
2.	O crédito alimentar (conceito, classificação e características).....	1141
3.	Alimentos e a relação jurídica material.....	1143
3.1	<i>Ratio essendi</i> da relação jurídica material alimentícia.....	1143
3.1.1	Parentesco.....	1143
3.1.2	Matrimônio.....	1144

3.1.3	Voluntários.....	1145
3.1.4	Ressarcitórios (ato ilícito).....	1145
4.	Execução da prestação alimentícia .....	1145
4.1	Considerações gerais.....	1145
4.2	Cumprimento de sentença da prestação de alimentos e a aplicação subsidiária ao processo de execução .....	1146
4.3	Técnicas executivas aplicáveis à execução da prestação alimentícia.....	1146
4.3.1	Introito .....	1146
4.3.2	O desconto em folha .....	1147
4.3.3	Constituição de capital para pagamento de indenização por ato ilícito .....	1148
4.3.4	A técnica da prisão civil.....	1150
4.3.4.1	Noções preliminares .....	1150
4.3.4.2	Competência para decretar a prisão civil...	1152
4.3.4.3	Decretação da prisão.....	1152
4.3.4.4	Alimentos pretéritos e prisão civil .....	1153
4.3.4.5	Prazo e regime jurídico da prisão .....	1153
4.3.4.6	Do protesto do título judicial.....	1153
4.3.4.7	O procedimento do cumprimento de sentença e do processo de execução .....	1154
4.3.4.8	As técnicas do procedimento comum para pagamento de quantia (penhora e demais atos expropriatórios).....	1155
4.3.4.9	A conduta procrastinatória do executado e o crime de abandono material.....	1155

<b>CAPÍTULO 09 – DAS EXECUÇÕES ESPECIAIS (2) – DO CUMPRIMENTO DA SENTENÇA E DO PROCESSO DE EXECUÇÃO CONTRA A FAZENDA PÚBLICA.....</b>		<b>1157</b>
1.	Introdução .....	1157
2.	Regimes executivos especiais envolvendo a Fazenda Pública.....	1158
3.	Razão do regime especial dos “precatórios” contra a Fazenda Pública....	1158
4.	Características do procedimento executivo previsto no art. 100 da CF/1988 c/c arts. 534 e 910 do CPC .....	1159
4.1	Execução fundada em título judicial ou extrajudicial .....	1159
4.2	O regime jurídico dos precatórios.....	1160
5.	Procedimento do cumprimento de sentença por quantia contra a Fazenda Pública .....	1163
6.	Cumprimento provisório da sentença para pagamento de quantia contra a Fazenda Pública .....	1165

7. Procedimento do processo de execução por quantia certa contra a Fazenda Pública .....	1166
<b>CAPÍTULO 10 – DOS MEIOS DE OPOSIÇÃO DO EXECUTADO: IMPUGNAÇÃO E EMBARGOS À EXECUÇÃO .....</b>	<b>1169</b>
1. Apresentação do tema: as posições jurídicas das partes e a atividade jurisdicional.....	1169
2. O demandado na execução.....	1170
3. As oposições típicas e atípicas do executado no cumprimento de sentença e no processo de execução .....	1172
4. A impugnação do executado no CPC.....	1174
5. Os embargos do executado no CPC .....	1174
6. Os embargos à execução e a impugnação do executado: processo incidental e incidente processual.....	1174
7. Natureza jurídica dos embargos do executado.....	1177
8. Natureza jurídica da impugnação do executado .....	1179
9. A pretensão nos embargos do executado.....	1179
10. A “pretensão” na impugnação do executado .....	1181
11. Embargos do devedor e embargos de terceiro.....	1182
12. Embargos do devedor e impugnação do executado: distinções .....	1182
13. Classificações genéricas aplicáveis aos embargos e à impugnação do executado.....	1186
14. Requisitos de admissibilidade dos embargos e da impugnação do executado .....	1187
14.1 Interesse processual.....	1187
14.1.1 Os limites da cognição e adequação do pedido à via eleita .....	1187
14.1.2 O prazo nos embargos e na impugnação do executado ....	1188
14.2 Legitimidade das partes nos embargos e na impugnação do executado.....	1191
14.2.1 Nos embargos do executado .....	1191
14.2.2 Na impugnação do executado.....	1191
15. Competência nos embargos e na impugnação do executado .....	1192
16. Pagamento da quantia e preclusão lógica para opor-se à execução .....	1193
17. Fundamentos (causa de pedir) a serem opostas pelo executado .....	1194
17.1 Impugnação do executado .....	1194
17.1.1 A taxatividade do rol.....	1194
17.1.2 Falta ou nulidade da citação se o processo correu à revelia .....	1196
17.1.3 Ilegitimidade de parte .....	1197

17.1.4	Inexigibilidade ou inexecutabilidade do título (art. 525, § 1º, I, III) .....	1197
17.1.5	Penhora incorreta ou avaliação errônea (art. 525, § 1º, IV).....	1199
17.1.6	Excesso de execução ou cumulação indevida de execuções (art. 525, § 1º, V).....	1200
17.1.7	Qualquer causa modificativa ou extintiva da obrigação, como pagamento, novação, compensação, transação ou prescrição, desde que supervenientes à sentença .....	1201
17.1.8	Impugnação à adjudicação e à arrematação (art. 903, § 2º) .....	1202
17.2	Embargos do executado.....	1204
17.2.1	A amplitude de fundamento dos embargos à execução...	1204
17.2.2	Embargos de retenção por benfeitorias.....	1207
18.	A suspensão e o impedimento .....	1208
19.	Os embargos e a impugnação contra a execução por quantia contra a Fazenda Pública .....	1209
20.	Efeito suspensivo nas oposições do executado.....	1209
20.1	O surgimento do efeito suspensivo <i>ope judicis</i> .....	1209
20.2	Características gerais do efeito suspensivo aplicáveis às oposições do executado (impugnação e embargos) .....	1211
20.3	Efeito suspensivo: requisitos .....	1213
20.4	Efeito suspensivo e contracautela prestada pelo exequente.....	1215
20.5	Julgamento dos embargos do executado e efeito do recurso.....	1216
21.	O procedimento dos embargos do executado .....	1218
22.	Procedimento da impugnação do executado.....	1220
CAPÍTULO 11 – DA SUSPENSÃO E DA EXTINÇÃO DA EXECUÇÃO .....		1221
1.	Considerações preliminares .....	1221
2.	A relação processual executiva.....	1222
2.1	A tessitura da relação processual executiva.....	1222
2.2	Requisitos processuais.....	1222
2.3	A finalidade da relação processual executiva.....	1223
2.4	Procedimentos executivos.....	1224
3.	Suspensão da relação processual executiva.....	1226
3.1	Noções preliminares.....	1226
3.2	Causas suspensivas e impeditivas da execução.....	1226
3.3	Hipóteses de causas impeditivas da execução .....	1227
3.3.1	Ausência de bens a penhorar (art. 921, III, do CPC)....	1227

3.3.2	Prestação de caução no cumprimento provisório da sentença (art. 520, VI).....	1228
3.3.3	Penhora sobre ação e direito do devedor (penhora no rosto dos autos – art. 862 do CPC) .....	1228
3.3.4	Concurso particular de credores e exequentes (arts. 910/911 do CPC) .....	1229
3.3.5	Hipóteses de causas suspensivas da execução .....	1230
3.4	Efeitos da suspensão.....	1230
4.	Extinção da execução .....	1230
4.1	Extinção do “processo” de execução .....	1230
4.2	A sentença no processo de execução ou na fase de cumprimento da sentença .....	1231
4.3	O rol do art. 924 do CPC.....	1232
4.3.1	Art. 924, I (a petição inicial for indeferida) .....	1232
4.3.2	Art. 924, II (a obrigação for satisfeita) .....	1233
4.3.3	Art. 924, III (o executado obtiver, por qualquer meio, a extinção total da dívida) .....	1233
4.3.4	Art. 924, IV (o credor renuncia ao crédito) .....	1233
5.	Remição da execução .....	1234
5.1	Conceito e generalidades.....	1234
5.2	Remição da execução e institutos afins.....	1235
5.3	Tipos de remição da execução .....	1236
6.	Recursos na execução.....	1241

### **LIVRO III – DO PROCESSO DOS TRIBUNAIS E DOS MEIOS DE IMPUGNAÇÃO ÀS DECISÕES JUDICIAIS..... 1243**

#### **TÍTULO I – DA ORDEM DOS PROCESSOS E DOS PROCESSOS DE COMPETÊNCIA ORIGINÁRIA DOS TRIBUNAIS..... 1245**

##### **CAPÍTULO 01 – PREMISSAS FUNDAMENTAIS PARA COMPREENSÃO DA TEMÁTICA PROCESSUAL “DOS PROCESSOS NOS TRIBUNAIS” ..... 1245**

1.	Introito.....	1245
2.	A unidade e inteireza do direito objetivo como valor fundamental do Estado brasileiro .....	1247
3.	As cortes de proteção do <i>direito subjetivo</i> e as cortes de proteção do <i>direito positivo</i> .....	1249
4.	A função uniformizadora e função <i>vinculante</i> dos tribunais de cúpula: a diferença entre precedente judicial e a jurisprudência .....	1252
4.1	Introdução .....	1252
4.2	A jurisprudência e o precedente.....	1253

4.3	A função vinculante e a função orientadora da produção judicial.....	1257
4.4	Interpretação e produção judicial normativa .....	1261
4.5	A crescente valorização e a importância da produção judicial dos tribunais de cúpula (STJ e STF) nas técnicas processuais do ordenamento jurídico processual após a CF/1988.....	1264
4.6	O NCPC e o microsistema de valorização dos precedentes dos tribunais de cúpula. O efeito vinculante, expansivo e orientador do direito judicial das cortes de proteção do direito objetivo.....	1266
4.6.1	O microsistema de obediência ao direito jurisdicional .....	1266
4.6.2	A ordem preferencial de julgamento dos processos que apliquem o direito jurisprudencial .....	1267
4.6.3	Cooperação jurisdicional nacional e <i>centralização de processos repetitivos</i> .....	1267
4.6.4	Poderes do juiz e dever de ofício de racionalização das <i>lides repetitivas</i> .....	1268
4.6.5	A proteção do direito jurisprudencial pela tutela provisória da evidência e pela improcedência liminar do pedido .....	1269
4.6.6	A desnecessidade da remessa necessária quando a sentença contra a fazenda é embasada em direito jurisprudencial .....	1269
4.6.7	Cumprimento provisório e direito jurisprudencial .....	1270
4.6.8	Os tribunais e sua dupla função: tutela do direito objetivo e tutela do direito subjetivo .....	1270
4.6.9	A <i>reclamação</i> como técnica processual destinada à proteção do direito jurisdicional produzido pelos tribunais .....	1272
4.7	Os tribunais e a tutela dos direitos individuais homogêneos: <i>técnicas individuais de repercussão coletiva</i> × <i>técnicas coletivas de repercussão individual</i> .....	1273
4.7.1	Sociedade de massa, direitos individuais homogêneos e demandas repetitivas.....	1273
4.7.2	O que são, como surgiram e onde se inserem as técnicas individuais de repercussão coletiva (TIRC) e técnicas coletivas de repercussão individual (TCRI).....	1274
4.7.3	Comparação das TIRC com TCRI: a manifestação de alguns institutos fundamentais do direito processual civil .....	1278
4.7.4	A quem interessa a substituição das TCRI pelas TIRC? Certamente que não é aos hipossuficientes .....	1281

4.7.5	Perspectivas das TIRC no NCPC .....	1283
5.	O art. 926 e a uniformidade, estabilidade, integridade e coerência da jurisprudência dos tribunais.....	1285
6.	O que significa “os juízes e tribunais observarão” no art. 927 do CPC? .....	1286
7.	A possibilidade de ampliação da cognição para a alteração de tese jurídica adotada em enunciado de súmula ou em julgamento de casos repetitivos .....	1287
8.	Alteração da tese firmada nos tribunais de cúpula e modulação dos efeitos da decisão .....	1287
CAPÍTULO 02 – DA ORDEM DOS PROCESSOS NOS TRIBUNAIS .....		1289
1.	Aspectos gerais.....	1289
2.	Do registro e da distribuição da causa.....	1291
3.	Dos deveres do relator.....	1292
4.	Antecedentes procedimentais à sessão de julgamento.....	1294
5.	Procedimento da sessão de julgamento.....	1296
5.1	A complexidade do procedimento .....	1296
5.2	O anúncio prévio do julgamento.....	1297
5.3	A sustentação oral.....	1297
5.4	A <i>questão preliminar</i> suscitada no julgamento .....	1298
5.5	A vista dos autos .....	1300
5.6	A proclamação do resultado .....	1301
5.7	O julgamento por maioria e a técnica de complementação do julgamento do acórdão por colegiado mais amplo .....	1302
5.8	A formalização do acórdão .....	1306
5.9	O julgamento pelo meio eletrônico.....	1307
5.10	A precedência do julgamento do agravo de instrumento em relação à apelação no mesmo processo.....	1307
CAPÍTULO 03 – INCIDENTE DE ASSUNÇÃO DE COMPETÊNCIA.....		1311
1.	Conceito.....	1311
2.	Requisitos de cabimento .....	1311
2.1	Incidente em qualquer causa de competência do tribunal .....	1311
2.2	Envolver relevante questão de direito com grande repercussão social sem repetição em múltiplos processos .....	1312
3.	Procedimento .....	1313
4.	O acórdão e seu caráter vinculante .....	1313
CAPÍTULO 04 – INCIDENTE DE ARGUIÇÃO DE INCONSTITUCIONALIDADE.....		1315
1.	Noções preliminares.....	1315

2. Controle difuso e controle concentrado da inconstitucionalidade de lei ou ato normativo .....	1316
3. O incidente de declaração de inconstitucionalidade (controle difuso) nos tribunais: requisitos e procedimento .....	1317
<b>CAPÍTULO 05 – CONFLITO DE COMPETÊNCIA .....</b>	<b>1319</b>
1. Conceito e generalidades .....	1319
2. Legitimidade .....	1320
3. Competência para julgar o conflito de competência.....	1321
4. Procedimento .....	1321
5. Medidas urgentes no procedimento .....	1322
<b>CAPÍTULO 06 – DA HOMOLOGAÇÃO DA DECISÃO ESTRANGEIRA E DA CONCESSÃO DO EXEQUATUR.....</b>	<b>1323</b>
<b>CAPÍTULO 07 – DA AÇÃO RESCISÓRIA .....</b>	<b>1325</b>
1. Considerações preliminares .....	1325
2. Sistema de nulidades e ação rescisória .....	1326
2.1 Introito .....	1326
2.2 A (in)validade e a (in)eficácia .....	1326
2.3 “Tipos” de invalidade .....	1327
3. Ação rescisória: breve perfil histórico .....	1329
4. Natureza jurídica da ação rescisória .....	1330
5. Decisões sujeitas à ação rescisória .....	1330
6. Ação rescisória e a “autoridade” da coisa julgada.....	1332
7. Trânsito em julgado.....	1334
8. Momento de formação do trânsito em julgado .....	1335
9. Estabilização da tutela antecipada e a ação rescisória.....	1337
10. Ação rescisória: tipicidade e taxatividade .....	1337
11. Ação rescisória e princípio <i>iura novit curia</i> .....	1338
12. Outras demandas com efeito rescisório reflexo.....	1339
13. A relativização da coisa julgada pela existência de coisa julgada inconstitucional e vícios transrescisórios .....	1340
14. Ação rescisória no incidente de liquidação e a liquidação igual a zero .....	1342
15. Ação rescisória, cumprimento de sentença e processo de execução .....	1343
16. Ação rescisória e Juizados Especiais .....	1344
17. Fundamentos específicos da ação rescisória.....	1345
17.1 Classificação dos fundamentos da ação rescisória .....	1346
17.2 Art. 966, I: prevaricação, concussão e corrupção .....	1347
17.3 Art. 485, II: juiz impedido ou juízo absolutamente incompetente...	1348



17.4	Art. 966, III: resultar de dolo ou coação da parte vencedora em detrimento da parte vencida ou, ainda, de simulação ou colusão entre as partes, a fim de fraudar a lei .....	1350
17.5	Art. 966, IV: ofensa à coisa julgada .....	1352
17.6	Art. 966, V: violar manifestamente norma jurídica .....	1353
17.7	Art. 966, VI: for fundada em prova cuja falsidade tenha sido apurada em processo criminal ou venha a ser demonstrada na própria ação rescisória .....	1356
17.8	Art. 966, VII: obtiver o autor, posteriormente ao trânsito em julgado, prova nova cuja existência ignorava ou de que não pôde fazer uso, capaz, por si só, de lhe assegurar pronunciamento favorável .....	1357
17.9	Art. 966, VIII: for fundada em erro de fato verificável do exame dos autos .....	1359
18.	Legitimação na ação rescisória.....	1360
19.	Procedimento .....	1363
19.1	Generalidades.....	1363
19.2	Juízo <i>rescindens</i> .....	1363
19.3	Juízo <i>rescissorium</i> .....	1364
19.4	Cumulação de pedidos.....	1365
20.	Valor da causa .....	1366
21.	Depósito de 5% do valor da causa: natureza jurídica e hipótese de restituição .....	1366
22.	Ação rescisória e tutela de urgência.....	1367
23.	Ação rescisória e resposta do réu.....	1368
24.	Ação rescisória: fases instrutória e decisória .....	1368
25.	Ação rescisória: competência .....	1369
26.	Ação rescisória: prazo decadencial .....	1369

CAPÍTULO 08 – INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS (IRDR).....	1373
1. A tutela da uniformidade da produção judicial no CPC revogado .....	1373
2. Premissas cognitivas para compreensão do incidente de resolução de demandas repetitivas .....	1375
3. Introdução .....	1376
4. Finalidade do instituto e questão de ordem pública .....	1377
5. Competência .....	1378
6. Requisitos do incidente de resolução de demandas repetitivas .....	1379
7. Objeto do julgamento (mérito do incidente).....	1380
8. Etapas do julgamento do IRDR: admissibilidade e mérito.....	1381

9. Reflexos do incidente sobre a causa pendente: o julgamento em abstrato da tese jurídica e o julgamento concreto das demandas repetidas que foram suspensas.....	1385
CAPÍTULO 09 – DA RECLAMAÇÃO .....	1387
1. Conceito e aspectos gerais .....	1387
2. Natureza jurídica .....	1388
3. Hipóteses de cabimento .....	1389
4. Procedimento .....	1390
TÍTULO II – DOS RECURSOS.....	1391
CAPÍTULO 01 – DISPOSIÇÕES GERAIS.....	1391
1. Conceito de recurso.....	1391
2. Recursos e ações autônomas de impugnação .....	1392
3. Classificações dos recursos .....	1393
4. Princípios aplicáveis aos recursos .....	1394
4.1 Princípio do duplo grau de jurisdição .....	1394
4.2 Princípio da proibição da <i>reformatio in pejus</i> .....	1396
4.3 Princípio da taxatividade.....	1398
4.4 Princípio da singularidade .....	1399
4.5 Princípio da fungibilidade.....	1400
4.6 Princípio da dialeticidade (arts. 1.010, 1.016, 1.017, 1.023 e 1.029).....	1402
4.7 Princípio da irrecorribilidade das decisões interlocutórias .....	1403
4.8 Princípio da voluntariedade.....	1404
4.9 Princípio da complementaridade .....	1404
4.10 Princípio da consumação .....	1405
4.11 Princípio do ônus da sucumbência no âmbito recursal .....	1406
5. Juízo de admissibilidade e juízo de mérito do recurso .....	1406
6. Requisitos de admissibilidade dos recursos.....	1408
6.1 Requisitos de admissibilidade intrínsecos.....	1408
6.2 Requisitos de admissibilidade extrínsecos .....	1412
7. O mérito dos recursos.....	1415
8. Atos judiciais sujeitos a recurso .....	1416
9. Efeitos dos recursos .....	1419
10. Institutos afins.....	1422
CAPÍTULO 02 – RECURSOS EM ESPÉCIE .....	1423
1. Aspectos gerais.....	1423
2. Apelação .....	1423

2.1	Conceitos gerais e preliminares .....	1423
2.2	Requisitos de admissibilidade .....	1424
2.3	Efeitos .....	1427
2.4	O juízo de retratação na apelação .....	1430
2.5	Procedimento .....	1431
3.	Do agravo de instrumento .....	1435
3.1	Noções preliminares e breve esboço histórico .....	1435
3.2	Do cabimento .....	1439
3.3	Procedimento .....	1440
4.	Do agravo interno .....	1442
5.	Dos embargos de declaração .....	1443
5.1	Raízes históricas .....	1443
5.2	Finalidade e objeto dos embargos de declaração .....	1444
5.3	Embargos de declaração e decisões <i>ultra, extra e citra petita</i> .....	1445
5.4	Embargos de declaração sobre todos os elementos da decisão ....	1446
5.5	Efeitos infringentes dos embargos de declaração .....	1446
5.6	Embargos de declaração e prequestionamento .....	1448
5.7	Embargos de declaração e exceção ao princípio da unicidade (singularidade dos recursos) .....	1450
5.8	Efeito devolutivo e embargos de declaração .....	1451
5.9	Embargos de declaração e interrupção do prazo para interposição de recursos .....	1451
5.10	Preparo nos embargos de declaração .....	1452
5.11	Embargos de declaração e princípio da lealdade – apenamento..	1452
5.12	Procedimento .....	1452
6.	Recurso ordinário .....	1453
6.1	Noções preliminares .....	1453
6.2	Requisitos de admissibilidade .....	1454
6.3	Efeitos .....	1455
6.4	Procedimento .....	1455
7.	Recurso especial e extraordinário .....	1456
7.1	Considerações gerais sobre o recurso especial .....	1456
7.2	Considerações gerais sobre o recurso extraordinário .....	1457
7.3	A jurisprudência defensiva e o princípio da primazia do julgamento do mérito .....	1459
7.4	Requisitos de admissibilidade do recurso especial .....	1460
7.5	Requisitos de admissibilidade do recurso extraordinário .....	1464
7.5.1	A alegação no recurso das hipóteses constitucionais de cabimento .....	1464

7.5.2	O prequestionamento .....	1465
7.5.3	A tempestividade.....	1467
7.5.4	A demonstração do dissídio jurisprudencial.....	1467
7.5.5	O requisito da repercussão geral no recurso extraordinário .....	1468
7.5.6	O fundamento insuficiente.....	1469
7.5.7	Efeitos dos recursos excepcionais.....	1470
7.6	Procedimento.....	1472
7.7	Incidente de resolução de demandas repetitivas e pedido de suspensão de recursos especiais e extraordinários .....	1477
7.8	Do julgamento dos recursos extraordinário e especial repetitivos .....	1477
7.8.1	Considerações gerais.....	1477
7.8.2	A seleção dos recursos representativos da controvérsia nos tribunais de origem e seus efeitos sobre os demais processos .....	1479
7.8.3	A decisão de afetação e seus efeitos.....	1481
7.8.4	A técnica de afastamento da suspensão resultante da afetação .....	1482
7.8.5	O julgamento dos recursos afetados .....	1484
8.	Do agravo em recurso especial e em recurso extraordinário.....	1486
9.	Embargos de divergência (STJ e STF) .....	1488
<b>BIBLIOGRAFIA .....</b>		<b>1491</b>